

História:
temas e debates introdutórios

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Luis Inácio Lula da Silva
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Fernando Haddad
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA:

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Celso Costa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO

REITOR: Vitor Hugo Zanette
VICE-REITOR: Aldo Nelson Bona
PRÓ-REITORA DE ENSINO: Márcia Tembil
COORDENADORA UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knuppel
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DIRETORA: Maria Aparecida Crissi Knuppel
VICE-DIRETORA: Christine Vargas Lima

EDITORA UNICENTRO
DIREÇÃO: Beatriz Anselmo Olinto
CONSELHO EDITORIAL: Marco Aurélio Romano, Beatriz Anselmo Olinto, Carlos Alberto Kuhl, Helio Sochodolak, Luciano Farinha Watzlawick, Luiz Antonio Penteado de Carvalho, Marcos Antonio Quinaia, Maria Regiane Trincaus, Osmar Ambrósio de Souza, Paulo Costa de Oliveira Filho, Poliana Fabíula Cardozo, Rosanna Rita Silva, Ruth Rieth Leonhardt

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA LICENCIATURA PLENA A DISTÂNCIA
COORDENADOR DO CURSO: Flamarion Laba da Costa
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO: Edgar Ávila Gandra, Flamarion Laba da Costa,
Jean Rodrigues Sales, Karina Anhezini,
Raphael Nunes Nicoletti Sebrian, Ricardo Alexandre Ferreira



JEAN RODRIGUES SALES

**História:
temas e debates introdutórios**



COMISSÃO CIENTÍFICA:
Edgar Ávila Gandra, Flamarion Laba da Costa,
Jean Rodrigues Sales, Karina Anhezini,
Maria Aparecida Crissi Knuppel, Ricardo Alexandre Ferreira

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Vanessa Moro Kukul

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO:
Elisa Ferreira Roseira Leonardi e
Espencer Ávila Gandra

EDITORA UNICENTRO
GRÁFICA JAIR
400 exemplares

Catálogo na Publicação
Fabiano de Queiroz Jucá – CRB 9 / 1249
Biblioteca Central – UNICENTRO

S163h Sales, Jean Rodrigues
História: temas e debates introdutórios/ Jean Rodrigues
Sales. – – Guarapuava : Ed. Unicentro, 2009.
80 p. – (História em Construção)

Organizadores da coleção: Maria Aparecida Crissi Knuppel,
Karina Anhezini, Flamarion Laba da Costa

Bibliografia
ISBN

1. História. 2. Historiadores. 3. Historiografia. I. Título.

CDD 20ª ed. 901

Copyright: © 2009 Editora UNICENTRO

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade do autor.

SUMÁRIO

Prefácio	07
Introdução	09
CAPÍTULO I	
Os documentos e o ofício do historiador	11
CAPÍTULO II	
Uma complexa definição	17
CAPÍTULO III	
Breve panorama da historiografia até o século XIX	23
CAPÍTULO IV	
O método erudito de crítica documental	37
CAPÍTULO V	
A escola metódica	47
CAPÍTULO VI	
A Escola dos Annales	55
CAPÍTULO VII	
A historiografia marxista	63
CAPÍTULO VIII	
O pós-modernismo e a crise da história	71
Conclusões	77
REFERÊNCIAS	79

PREFÁCIO

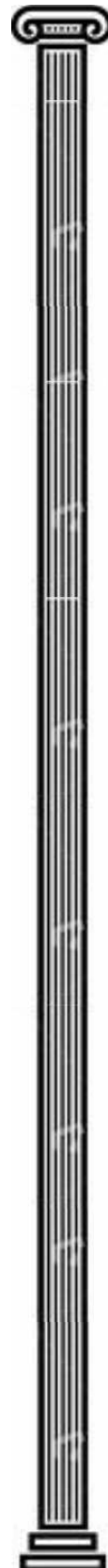
O que é a história? É possível definir claramente as fronteiras entre objetividade e subjetividade? E entre história vivida e escrita da história? Será a história uma disciplina científica ou mais um discurso ficcional? Estas são questões de método ou de interpretação?

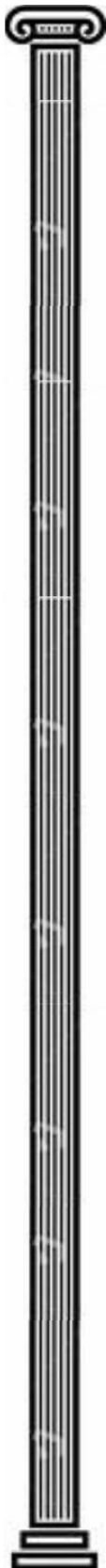
Poderia afirmar que o livro ora em suas mãos responde todas estas indagações e, dessa forma, garantir um interesse irrestrito da comunidade acadêmica ávida por respostas a essas velhas e recorrentes inquietações. No entanto, se assim o fizesse, estaria cometendo uma grande injustiça com o texto **História: temas e debates introdutórios**.

Jean Rodrigues Sales não pretendeu oferecer ao leitor um manual de soluções prontas e simplistas a esses problemas. Muito pelo contrário. O autor possibilita ao aluno/leitor a compreensão de que essas são as problemáticas fundamentais que compõem a história da escrita da história.

Ao traçar um panorama a respeito da concepção de documento desde a Antiguidade, passando pela construção de um corpo teórico e, principalmente, metodológico que cria a história entendida como ciência a partir do século XVIII e, preponderantemente, no século XIX, Sales visita as referências básicas de constituição da concepção moderna de história.

Representantes da escola Histórica Alemã, metódicos, historiadores vinculados à revista *Annales* e marxistas desfilam pelo livro com o intuito de apontar alguns dos diálogos mais significativos da construção de nossa história disciplinar. Ranke, Langlois, Seignobos, Febvre, Bloch, Le Goff, Pierre Vilar, Marx, Engels, Hobsbawm, Thompson, Christopher Hill e outros são apresentados ao leitor de maneira concisa e objetiva.





O autor poderia colocá-los em escaninhos, semelhantes àqueles que Febvre acusa Seignobos de ter feito quando escreveu sua história da Rússia, mas não é isto encontramos nas páginas a seguir.

O leitor atento perceberá as várias ressalvas e ênfases relativas aos diálogos e intersecções entre as escolas e historiografias apresentadas, apenas por questão de clareza de exposição, de forma separada.

Após conhecer diversos enfrentamentos intelectuais, o aluno/leitor se sentirá seguro em afirmar que compreendeu a configuração de uma história que modificou e ampliou o seu conceito de documento, fundamentou em novas bases sua crença na verdade científica, reelaborou seus métodos e por que não, poderia pensar, segue em sua serena jornada repetindo as regras do ofício no cotidiano.

Todavia, como o autor não se esquivou de apontar a espinhosa “condição pós-moderna”, trilhará o leitor por páginas que colocarão em dúvida tudo aquilo que ele pensava ter compreendido. Quando isso acontecer, saiba que você estará em um dos caminhos possibilitados pela leitura.

Cabe aqui destacar que além dos autores explicitamente apresentados, outro que claramente se expõe neste texto é o pesquisador Jean Rodrigues Sales. Estudioso do movimento comunista internacional e das esquerdas brasileiras, o autor se aventura a produzir essa obra de “introdução aos estudos históricos” e mostra aos iniciantes do ofício a importância de uma formação sólida e interessada nas questões epistemológicas.

Acredito que os **temas e debates** apresentados nesse trabalho cumprem mais que a modesta qualificação de **introdutórios**, dada pelo autor, para o campo da história.

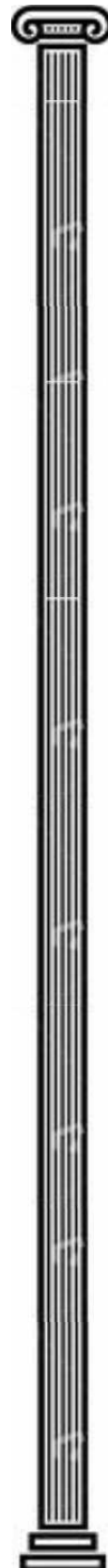
Karina Anhezini
Janeiro/2009

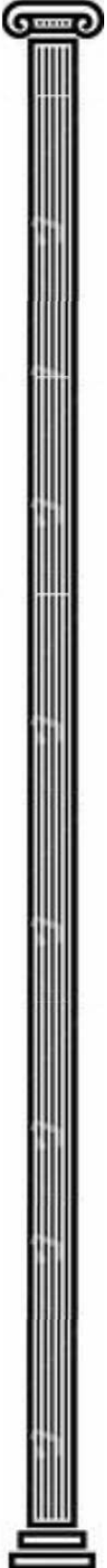
INTRODUÇÃO

Este livro insere-se no projeto do primeiro curso de graduação semipresencial de História ofertado pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Além da biblioteca em cada um dos pólos municipais que fazem parte do projeto nos quais os alunos desenvolverão as suas tarefas presenciais, das ferramentas audiovisuais e dos demais recursos do sistema de ensino semipresencial, optou-se ainda pela escrita de um material que possa subsidiar o aluno em seu processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, o livro tem como objetivo ser um guia de auxílio ao aluno no acompanhamento do conteúdo da disciplina. Não é uma apostila, o que seria incompatível com um curso superior; não pretende, tampouco, ser o único material de estudo ou substituir a leitura dos autores clássicos relacionados ao curso de História. A finalidade do texto é apresentar uma resenha dos principais temas, autores e debates e servir, dessa forma, para que os estudantes possam ter uma idéia geral da problemática em questão. Se, ao final da leitura, os alunos tiverem compreendido de uma maneira ampla as discussões essenciais e sentirem-se atraídos pela leitura mais aprofundada dos livros indicados na bibliografia da disciplina, este trabalho terá cumprido o seu propósito.

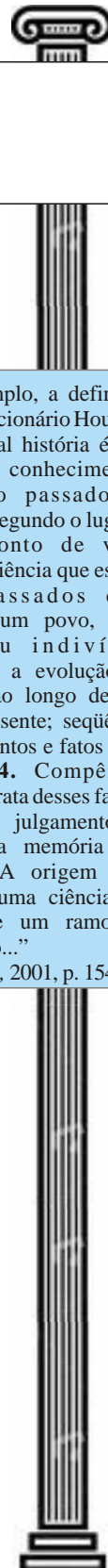
A estrutura adotada no texto é próxima daquela seguida de maneira geral pelos cursos de *Introdução aos Estudos Históricos*, disciplina que costuma ser oferecida no primeiro ano da graduação em História. Assim, o livro começa com a discussão de algumas questões relacionadas à definição da disciplina histórica e o método de trabalho do historiador. Em seguida, apresenta um breve panorama da historiografia ocidental desde a Antigüidade Clássica, destacando, sobretudo, o século XIX.





Apresentaremos, a seguir, de forma resumida, o método histórico erudito a partir do resumo da obra clássica de Charles Langlois e Charles Seignobos (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946).

O próximo passo é adentrarmos nas discussões que marcaram a historiografia desde o século XX até os dias atuais. Em primeiro lugar, apresentaremos a crítica feita à escola metódica, destacando as contribuições da chamada Escola dos Annales. Em seguida, trataremos da escola historiográfica marxista e, por fim, discutiremos as transformações recentes sofridas pela historiografia, sobretudo a partir da influência do chamado pós-modernismo.

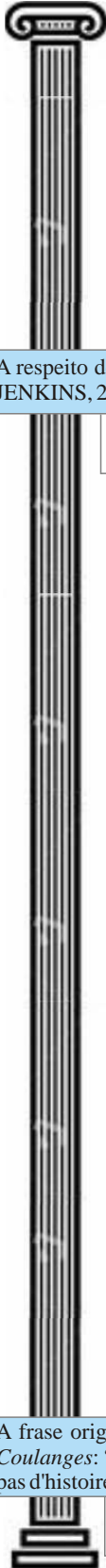


Os documentos e o ofício do historiador

Para que serve a história? Foi essa pergunta aparentemente banal, feita por uma criança, que motivou Marc Bloch, um dos mais importantes historiadores do século XX, a escrever um livro discutindo não apenas a simples definição, mas o estatuto científico e metodológico da história (BLOCH, 2001). Antes e depois de Bloch muitos se dedicaram à tarefa de responder ao inquietante questionamento, o que atesta que a resposta é bem mais complexa do que a mera definição presente nos dicionários. Em seu livro sobre iniciação aos estudos históricos, Jean Glénisson apresenta algumas concepções de história de acordo com diversos autores, não apenas historiadores, que podem servir de exemplo da diversidade de tais concepções:

Para Tolstói, o objeto da história é a vida dos povos e da humanidade (no epílogo de *Guerra e Paz*); para Henri Pirenne, o historiador nada mais é além de um homem que se dá conta da mudança das coisas – a maioria das pessoas não toma consciência disto – e que procura a razão desta mudança; para Collingwood, a história é uma pesquisa que nos ensine o que o homem fez e, portanto, o que é o homem; para Toynbee, trata-se do estudo das experiências e ações de personalidades humanas. Segundo Piganiol, a história está para a humanidade assim como a memória está para o indivíduo; a história é a memória coletiva; acha Gabriel Monod que devemos entender por história o conjunto das manifestações da atividade e do pensamento humanos, considerados em sua sucessão, seu desenvolvimento e suas relações de conexão ou dependência. Se acreditarmos em Henry Marrou, a história é o conhecimento do passado humano. E Marc Bloch proclamou: o objeto da história é, por natureza, o homem [no tempo] (GLÉNISSON, 1977, p. 13).

Ver, por exemplo, a definição presente no Dicionário Houaiss, segundo a qual história é: “1. conjunto de conhecimentos relativos ao passado da humanidade, segundo o lugar, a época, o ponto de vista escolhido. 2. ciência que estuda eventos passados com referência a um povo, país, período ou indivíduo específico. 3. a evolução da humanidade ao longo de seu passado e presente; seqüência de acontecimentos e fatos a ela correlatos. 4. Compêndio histórico que trata desses fatos e eventos 5. O julgamento da posteridade; a memória dos homens. 6. A origem e a evolução de uma ciência, de uma arte, de um ramo do conhecimento...” (DICIONÁRIO, 2001, p. 1543).



Por que tamanha dificuldade na definição da disciplina histórica? São inúmeras as respostas a essa questão. A primeira delas aponta para a própria característica polissêmica da palavra história que pode significar, ao mesmo tempo, a experiência vivida pelos homens no tempo e a interpretação que os historiadores fazem desse passado. Assim, a confusão entre História (aquela escrita pelos historiadores) e o passado (aquele vivido pelos homens) pode trazer uma série de problemas para o entendimento do conceito e da prática historiográfica.

A respeito deste problema, ver: JENKINS, 2004.

Uma segunda explicação, que será explorada neste trabalho, é a de que é necessário considerar que não é possível uma única definição de história, na medida em que a concepção de história e, de forma mais profunda, da relação do homem com o passado, e da interpretação desse passado pelo historiador, modificaram-se profundamente no decorrer dos séculos. Nesse sentido, acreditamos que seja mais profícuo tratar dessa definição utilizando o próprio método histórico, ou seja, apontando as mudanças que ela sofreu no decorrer do tempo.

Há, porém, uma forma de iniciar os estudos sobre a história que não precisa partir necessariamente dessa definição, que pode ser construída aos poucos e ser retomada no capítulo seguinte. Podemos começar pela discussão em torno da característica principal do trabalho ou, como preferia Marc Bloch, do ofício do historiador. Nesse sentido, a marca principal, aquela que diferencia a história de outras áreas do conhecimento, é a necessidade da existência de *documentos* (fontes históricas) para que o historiador exerça sua função. Ainda que, como veremos no decorrer deste texto, a noção do que seja um documento e das formas como pode ou deve ser utilizado tenham se modificado, a célebre frase segundo a qual *sem documento não há história* permanece válida na historiografia.

A frase original é de Fustel de Coulanges: “pas de documents, pas d'histoire”.

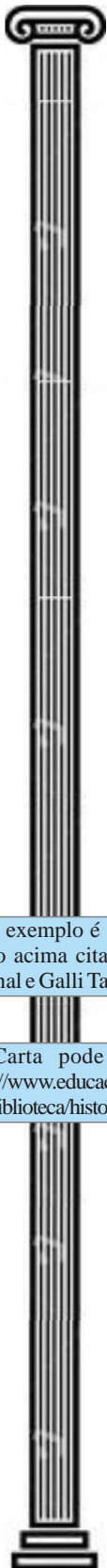
Em um texto recente sobre a problemática, os historiadores Leandro Karnal e Galli Tatch afirmam que o documento é a base para o julgamento histórico: “destruídos todos os documentos sobre um determinado período, nada poderia ser dito pelo historiador. Uma civilização da qual não tivéssemos nenhum vestígio arqueológico, nenhum texto e nenhuma referência por meio de outros povos, seria como uma civilização inexistente para o profissional de História” e lembram como, apesar das diferentes definições do que seja um documento, ele permanece central no trabalho do historiador (KARNAL.; TATSCH, 2004, p. 41). Por exemplo, no final do século XIX e início do XX, o manual de Charles Langlois e Charles Seignobos citado acima, representativo da historiografia positivista, afirmava que a “história se faz com documentos. Documentos são os traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado”. Quase cem anos depois, um dicionário de História definiria o documento como

“todo e qualquer tipo de vestígio que nos chegou do passado e que testemunha a presença e atividade dos homens de outras épocas, permitindo ao historiador reconstruir a vida desses períodos” (*Ibidem*, p. 46).

Como se pode perceber, ampliou-se a idéia de documento, mas permanece a sua importância para o historiador.

Do mesmo modo que a definição de documento foi ampliada no decorrer dos tempos, a noção de como o historiador deve interpretá-lo também sofreu modificações profundas. Continuando com o exemplo acima citado dos historiadores positivistas, de maneira geral eles acreditavam que mais importante para o historiador era a seleção e crítica, interna e externa, do documento. Completado esse processo e comprovada a autenticidade do mesmo, caberia ao historiador “ouvir” o que estava no documento. Em outras palavras, a história estaria presente no documento, o documento falaria por si próprio.





A partir, principalmente, das mudanças impressas pela historiografia francesa na primeira metade do século XX, concluiu-se que o papel do historiador era muito maior do que o de simples compilador de fatos que estariam presentes no documento. Dito de outra forma, o documento apenas revelaria as respostas a partir das perguntas feitas pelo historiador. Nas palavras de Edward Hallet Carr, “os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto” (CARR, 1982, p. 14). Nesse caminho, a história é, necessariamente, feita a partir das interpretações do pesquisador.

É necessário ainda considerar que o próprio documento é, não apenas, mas também, construído pelo historiador. Ou seja, a definição do que é ou não um documento e do seu lugar em uma hierarquia para o conhecimento histórico varia de acordo com uma série de circunstâncias. Entre estas, é certo, estão aquelas relacionadas às mudanças teóricas da própria historiografia. No entanto, há outras menos evidentes que têm a ver com condições políticas e sociais que, por vezes, escapam mesmo ao controle dos historiadores.

Um exemplo particularmente interessante para o caso brasileiro é o da trajetória da Carta de Caminha até tornar-se documento símbolo do nascimento do Brasil. A carta, a primeira enviada a Portugal, foi recebida pelo rei preocupado com o comércio oriental. O objetivo era encontrar uma nova rota para o Oriente a fim de manter e ampliar o comércio português. As descrições da nova terra, que não incluíam a existência de metais preciosos, não parecem ter empolgado a corte. A carta ficou guardada juntamente com documentos variados da administração portuguesa até 1773, momento em que um funcionário do arquivo mandou fazer cópia do texto. Décadas depois, em 1817, o texto foi publicado, pela primeira vez, na *Corografia ou Relação Histórico-geográfica do Reino do Brazil* (KARNAL.; TATSCH, 2004, p. 42-43).

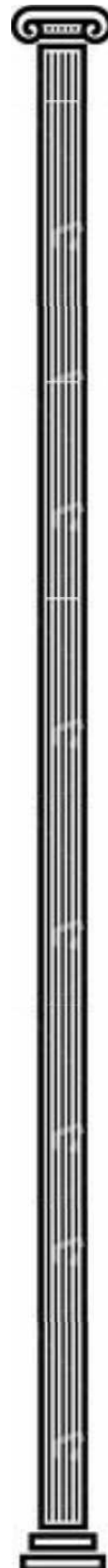
Este exemplo é apresentado no texto acima citado de Leandro Karnal e Galli Tatsch.

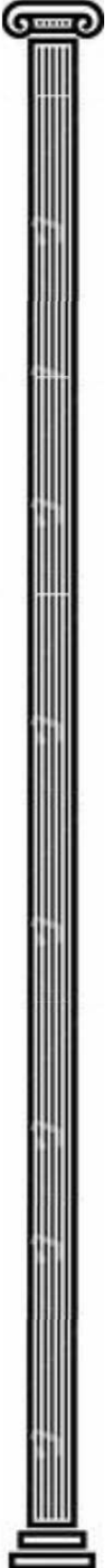
A Carta pode ser lida em <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/hist15a.htm>

No decorrer do século XX, a carta transformou-se em documento fundamental da história brasileira, tida como uma certidão de nascimento do país. Em 2000, durante as comemorações dos 500 anos do descobrimento, o documento foi exposto com *status* de obra de arte. O importante a observar nesse exemplo é que o documento é formado por uma série de condições sociais. O documento histórico pode ser definido, portanto, como “qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita” (*Ibidem*, p. 59).

O exemplo acima também pode ser entendido a partir das observações de Jacques Le Goff a respeito da trajetória da noção de documento. Em primeiro lugar, enfatiza o autor que o que sobrevive no tempo não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas sim uma escolha, ao mesmo tempo, das forças que “operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade” e dos que se dedicam à ciência do passado, os historiadores. Esses vestígios, que são a matéria da memória coletiva e da história, são os *documentos* e *monumentos*, sendo que podemos entender os primeiros como escolha do historiador e os segundos como vestígios do passado (LE GOFF, 2003, p. 525).

Até o final do século XIX é possível ainda encontrarmos os dois termos como sinônimos, mesmo que possa parecer estranho aos olhos do século XXI. Ou seja, os vestígios do passado, escritos ou não, são chamados de monumentos. Apenas a partir do século XX, em grande parte pela influência do positivismo, a idéia de documento como algo escrito, como prova do que aconteceu, passou a ser utilizada sistematicamente. Ao mesmo tempo, desde a Idade Média é possível acompanhar uma contínua preocupação dos historiadores com a veracidade de tais textos para que



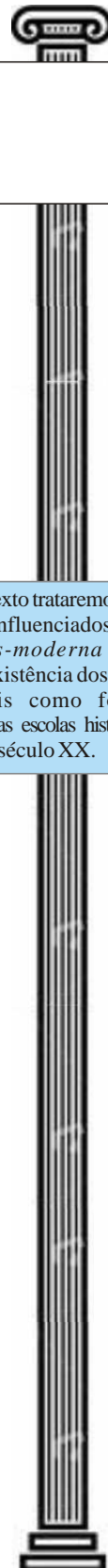


que fossem adequadamente utilizados pela história. O que faltava a esses historiadores, segundo Le Goff, era entender que o documento não é qualquer coisa que simplesmente fica do passado. Ele é, ao contrário, um produto da sociedade que o fabricou de acordo com “as relações de força que aí detinham o poder”. Nesse caminho, somente a análise do documento enquanto monumento permitiria ao historiador utilizá-lo com pleno conhecimento de causa (*Ibidem*, p. 536). Em outras palavras,

[...] enquanto *conhecimento* do passado, a história não teria sido possível se este último não tivesse deixado traços, monumentos, suportes da *memória* coletiva. Dantes, o historiador operava uma escolha entre os vestígios, privilegiando, em detrimento de outros, certos monumentos, em particular os escritos nos quais, submetendo-se à crítica histórica, se baseava.

Hoje o *método* seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e, para além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos: os vestígios da *cultura material*, os objetos de *coleção*, os tipos de *habitação*, a *paisagem*, os fósseis e, em particular, os restos ósseos dos animais e dos homens. Enfim, tendo em conta o fato de que todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de poder (*Ibidem*, p. 525).

CAPÍTULO II



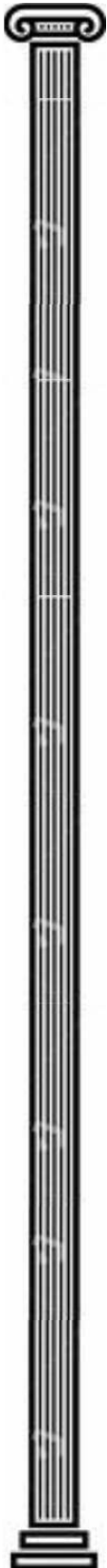
Uma complexa definição

A discussão a respeito da história, da concepção de documento histórico e da distinção do ofício do historiador leva-nos diretamente à problemática da definição do objeto da disciplina histórica: os fatos históricos. Como no item anterior, neste caso também existem várias definições a respeito do problema. Há, inclusive, correntes recentes da historiografia que questionam a existência dos fatos históricos com os quais os historiadores ocidentais se habituaram a trabalhar desde a Antigüidade. Para a nossa discussão, preocupada em apresentar as questões iniciais do curso de História, partiremos dos apontamentos feitos no clássico livro de Edward Hallett Carr, *Que é História?*

No final deste texto trataremos dos historiadores influenciados pela corrente *pós-moderna* que questionam a existência dos fatos históricos tais como foram considerados pelas escolas históricas no decorrer do século XX.

A opção por utilizar o debate apresentado no livro de Carr, datado de meados do século passado, se deu por dois motivos. Em primeiro lugar, o texto foi sistematicamente utilizado nos cursos introdutórios de História, sendo, portanto, representativo de uma concepção de história que marcou o século XX e se estende, em certo sentido, até os dias atuais. Em segundo lugar, essa noção de história que nos apresenta Carr, a qual incorpora a superação do positivismo e as contribuições do marxismo e da Escola dos Annales, é, hoje, questionada pelo pós-modernismo, corrente da qual trataremos no final deste trabalho.

Inicialmente, vale lembrar que uma noção marcante do que seriam os fatos históricos foi desenvolvida no século XIX, quando Leopold von Ranke, afirmou que o papel do historiador era mostrar o passado “como realmente se passou” (CARR, 1982, p. 12). De acordo com essa idéia, os



fatos estariam disponíveis para o historiador nos documentos, nas inscrições, nos artefatos arqueológicos, assim por diante. Ao historiador cabia reuni-los e organizá-los, interferindo o mínimo possível na “verdadeira” história que estaria presente nos textos documentais que falariam por si próprios.

Continuando com a perspectiva acima, entendia-se que os fatos históricos estavam inscritos nos documentos, bastava ao historiador saber escutá-los e lê-los. Certamente, passadas algumas décadas da formulação de Ranke, essa idéia foi questionada pela maioria dos historiadores. Já Marc Bloch enfatizava que era fundamental conceber que o fato histórico não é um fato “positivo”, como uma célula ou um corpo celeste que possa ser observado diretamente pelo historiador. Ao contrário, para Bloch, o fato histórico existia apenas a partir da construção ativa do historiador na problematização das fontes documentais (BLOCH, 2001, p. 19-20). Nas palavras de Carr, “os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto” (CARR, 1982, p. 14). Ou ainda:

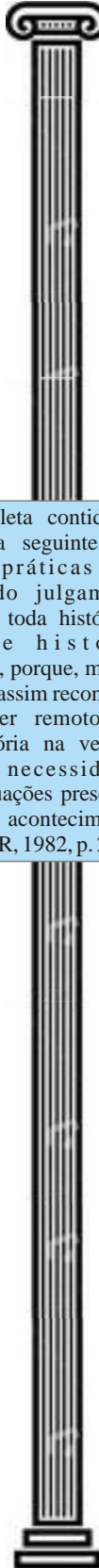
O fetichismo dos fatos do século XIX era completado e justificado por fetichismo de documentos. Os documentos eram sacrário do tempo dos fatos. O historiador respeitoso aproximava-se deles de cabeça inclinada e deles falava em tom reverente. Se está nos documentos é porque é verdade. Mas o que nos dizem esses documentos – decretos, tratados, registros de arrendamento, publicações parlamentares, cartas e diários particulares – quando nos ocupamos deles? Nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava – o que ele pensava que havia acontecido, o que devia acontecer ou o que aconteceria, ou talvez apenas o que ele próprio pensava pensar. Nada disso significa alguma coisa, até que o historiador trabalhe sobre esse material e decifre-o. Os fatos, mesmo se encontrados em documentos, ou não, ainda têm de ser processados pelo historiador

antes que se possa fazer qualquer uso deles: o uso que se faz deles é, se me permitem colocar dessa forma, o processo do processamento (CARR, 1982, p. 18).

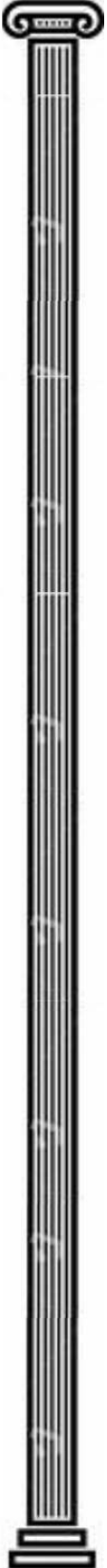
Ainda no século XIX, e particularmente no decorrer do século XX, a passividade do historiador frente aos documentos foi profundamente modificada. Importa nesse momento destacar um ponto marcante desse questionamento o qual diz respeito ao desenvolvimento da Filosofia da História, que impôs definitivamente a noção de história enquanto interpretação. Nos anos 1940, o filósofo italiano Benedetto Croce sintetizou essa virada epistemológica com a afirmação de que toda história é “história contemporânea”,

ou seja, a história consistia essencialmente “em ver o passado através dos olhos do presente e à luz de seus problemas, que o trabalho principal do historiador não é registrar, mas avaliar” (CARR, 1982, p. 21-22).

Outro autor particularmente importante no debate da Filosofia da História em meados do século passado foi Robin George Collingwood, historiador e arqueólogo britânico. Para Collingwood, a Filosofia da História não está relacionada nem com o passado em si, nem com o pensamento do historiador sobre o passado e sim com as duas coisas relacionadas. Nesse sentido, o passado que o historiador estuda “não é um passado morto, mas um passado que, em algum sentido, está ainda vivo no presente” (CARR, 1982, p. 22). A reconstituição desse passado na mente do historiador depende de evidências (as fontes). Mas esse processo não é empírico e não pode ser uma mera narração de fatos (como o pensavam os positivistas). É o processo de reconstituição que governa a seleção e interpretação dos fatos: “isto, aliás, é o que faz deles fatos históricos” (*Ibidem*, p. 23).



A idéia completa contida na afirmação é a seguinte: “as exigências práticas que suportam todo julgamento histórico dá a toda história o caráter de história contemporânea, porque, mesmo que os eventos assim recontados possam parecer remotos no tempo, a história na verdade refere-se a necessidades presentes e situações presentes, onde aqueles acontecimentos vibram”. (CARR, 1982, p. 22).



De acordo com Carr, as indicações feitas por Collingwood revelaram “verdades” que até então haviam sido negligenciadas ou não haviam sido sistematizadas pelos historiadores. Em primeiro lugar, ficava agora claro que os fatos da história não chegam aos historiadores de forma “pura”, uma vez que eles não existem em forma pura, sendo sempre “refratados através da mente do registrador”. Na metáfora apresentada pelo autor, os fatos não são como peixes na peixaria e sim como peixes no oceano nadando livremente e de forma algumas vezes inacessível. Só serão descobertos através do trabalho e da interpretação do historiador (*Ibidem*, p. 24).

Um segundo ponto destacado, oriundo do pensamento de Collingwood, diz respeito à necessidade de usar a imaginação para compreender a mente das “pessoas com as quais está lidando e o pensamento que conduz a seus atos”, sem o que a história não pode ser escrita. O terceiro ponto, conforme indicado acima, é que o historiador só pode visualizar e compreender o passado através dos olhos do presente: “o historiador pertence à sua época e a ela se liga pelas condições de existência humana”. O exemplo mais evidente da impossibilidade de conhecer o passado senão pelas questões do presente está na linguagem utilizada pelo historiador. Quando ele fala em democracia, império, política, guerra, revolução, entre outras, tais palavras estão carregadas de significados do presente dos quais não é possível se livrar (*Ibidem*, p. 25).

Além das contribuições colocadas acima, vistas positivamente por Carr, esse autor aponta também o perigo que as idéias de Collingwood poderiam representar para a história. Ao enfatizar o papel do historiador na elaboração da história, tende a rejeitar todo e qualquer objetivo da história: “a história é o que o historiador faz”. Em outras palavras, Collingwood, em sua crítica à história feita a partir de uma compilação de documentos, chega

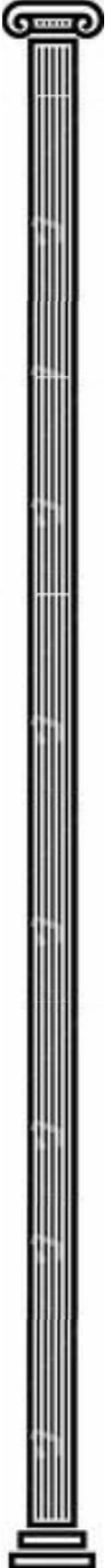
próximo à conclusão de que a história é apenas algo elaborado pelo cérebro humano. Não haveria, assim, verdade histórica objetiva. O que existiria, de acordo com esse raciocínio, seria uma infinidade de significados, sem que um seja mais certo do que outro. O segundo problema dessa teoria é que, ao apontar que a história é feita unicamente por questões colocadas pelo presente, pode nos levar à conclusão segundo a qual “os fatos da história não são nada, a interpretação é tudo”. Na interpretação de Carr, discordando de Collingwood,

[...] não podemos concluir que, porque uma montanha parece tomar diferentes formas de acordo com os diversos ângulos de visão, não tem objetivamente ou nenhuma forma em absoluto ou uma infinidade de formas. Não podemos concluir que, porque a interpretação desempenha um papel necessário no estabelecimento dos fatos da história e porque nenhuma interpretação é completamente objetiva, qualquer interpretação é tão boa quanto outra e que os fatos da história não são, em princípio, responsáveis pela interpretação objetiva [...] (CARR, 1982, p. 26).

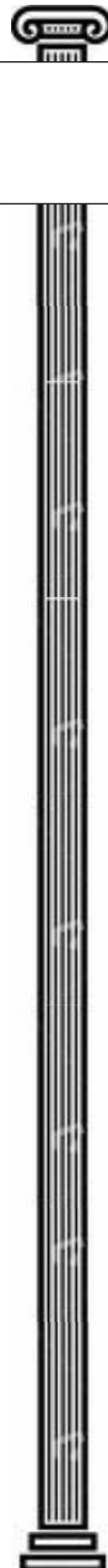
Chegamos nesse momento a uma primeira definição de história, de acordo com Edward Hallet Carr. Em outros aspectos, porém, como veremos no decorrer deste trabalho, foi profundamente questionada e podemos afirmar que se encontra em franca crise epistemológica. Por enquanto, vejamos a definição do autor:

O historiador começa com uma seleção provisória de fatos e uma interpretação também provisória, a partir da qual a seleção foi feita tanto pelos outros quanto por ele mesmo. Enquanto trabalha, tanto a interpretação e a





a seleção quanto a ordenação dos fatos passam por mudanças sutis e talvez parcialmente inconscientes, através da ação recíproca entre uma e outra. Essa noção mútua também envolve a reciprocidade entre presente e passado, uma vez que o historiador faz parte do presente e os fatos pertencem ao passado. O historiador e os fatos históricos são necessários uns ao outro. O historiador sem seus fatos não tem raízes e é inútil; os fatos sem seu historiador são mortos e sem significados. **Portanto, minha primeira resposta à pergunta *Que é história?* É que ela se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado** (*Ibidem*, p. 29, grifo nosso).

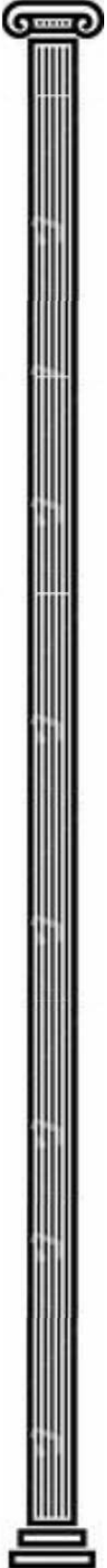


Breve panorama da historiografia até o século XIX

Até o momento, tratamos basicamente da definição de história, utilizando para isso a discussão sobre a base do trabalho do historiador, ou seja, a utilização de documentos. Nesse percurso, pela necessidade de identificarmos uma definição de história e o método de trabalho do historiador, acabamos nos referindo a momentos diferentes da historiografia, sem, no entanto, nos aprofundarmos. Nesse momento, o que faremos é apresentar um breve panorama historiográfico ocidental até o século XIX para, em seguida, passarmos às questões relacionadas aos séculos XX e XXI.

A historiografia pode ser definida, de acordo com Guy Bourdè e Hervé Martin, como o exame dos discursos de diferentes historiadores e a forma como eles pensavam o método histórico. O estudo historiográfico é uma ferramenta importante para o historiador, na medida em que, ao descrever as escolas históricas, está tratando da forma como o conhecimento foi produzido no decorrer do tempo. Esses estudos permitem ainda que compreendamos os elementos comuns que uniam os historiadores de um mesmo período. Nesse caminho, a historiografia, mais do que a descrição da sucessão de escolas históricas, “é uma forma de analisar os mecanismos que envolvem a produção do discurso dos historiadores, percebendo esses discursos em relação ao tempo e à sociedade em que cada historiador está inserido” (SILVA; SILVA, 2006, p. 189-190).

A História como uma área específica e reconhecida como tal não pode ser datada antes do século V a. C. na Grécia. Isso porque, se analisarmos outras civilizações do antigo oriente próximo, verificamos que em

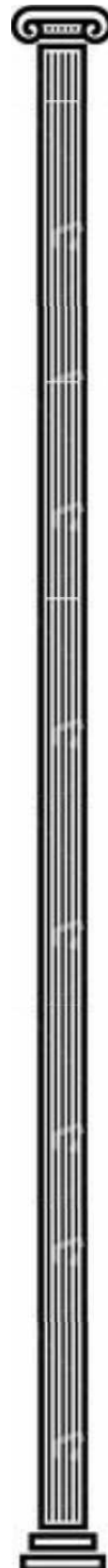


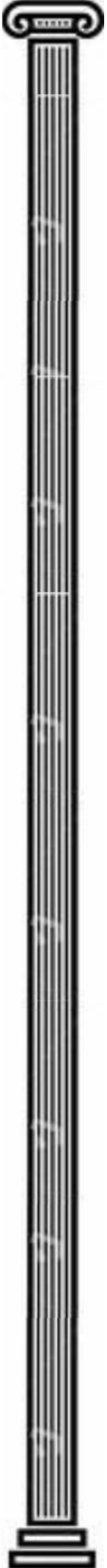
nenhuma delas havia um termo que correspondesse a “História”, seja no sentido do que os homens fizeram coletivamente, seja no sentido de uma área de estudo (CARDOSO, 2005, p. 115). No Egito, por exemplo, o que existia mais próximo de uma idéia de história é a palavra *guenut*, que se traduz normalmente por anais e remete à noção de relatos de fatos passados entendidos em sua materialidade, tais como listas de reis, genealogias privadas, relatos e imagens de campanhas militares. No que se refere ao sentido de tempo, predominava a visão cíclica voltada para as origens divinas. No Israel antigo, mesmo tratando-se de uma religião que se assenta na necessidade de demonstrar ou convencer as pessoas de que houve um ato fundador – a revelação a Moisés no monte Horeb – a relação com o tempo aparece na narrativa bíblica como algo difuso, sem a preocupação com a datação ou a explicação dos eventos (*Ibidem*, p. 118).

Nesse caminho, a história, como a entendemos, é uma criação grega, ainda que não possamos esquecer que isso decorre também da escolha feita conscientemente pelos renascentistas. Nessa busca das origens da história é comum se apontar Heródoto como o “pai da história”. Mas quais diferenças devem ter existido entre Heródoto e seus antecessores para que ele passasse a ser considerado como o primeiro historiador? De acordo com Ciro Flamarion Cardoso, ele parece ter sido o pioneiro na análise de um conflito, ao tratar das Guerras Médicas; foi ainda o primeiro a associar dados etnográficos e constitucionais para explicar uma guerra e seus resultados. Heródoto utilizou a palavra *história* como sinônimo de inquérito e pesquisa, sobretudo de tipo etnográfico. Assim, no século IV a. C., o termo história, em homenagem a Heródoto, “tomou a acepção de uma pesquisa de eventos passados” (*Ibidem*, p. 119).

Charles-Olivier Carbonell acrescenta que Heródoto tornou-se historiador pela intenção, na medida em que ele afirmou que o objetivo de seu relato sobre as Guerras Médicas era “impedir que caíam [caíssem] no esquecimento as grandes façanhas realizadas pelos Gregos e os Bárbaros” (HERÓDOTO apud CARBONELL, 1981, p. 11). O resultado de sua obra, porém, ultrapassou o que se espera de um estudo puramente histórico, uma vez que acabou descrevendo a geografia, os costumes e as pessoas. Outro autor importante, ao lado de Heródoto, é Tucídides, que escreveu a *História da Guerra do Peloponeso*, com a qual teriam nascido, simultaneamente, o “método e a inteligência do historiador: a crítica das fontes e a procura racional do encadeamento causal” (CARBONELL, 1981, p. 13). A estrutura do livro apresenta uma aparente desordem cronológica, na medida em que contém várias temporalidades, mas trata-se, na verdade, de um inovador método regressivo para a explicação. Tucídides busca variadas causas da guerra: “causas imediatas (crises de 435-432), causas profundas (imperialismo ateniense), causas longínquas (perspectiva na longa duração de um conflito que aparece desde logo como a consequência inelutável duma evolução multissecular)” (*Ibidem*, p. 14).

São variadas as explicações do porquê da história ter surgido na Grécia, tal como feita por Heródoto e Tucídides; questões essas que, aliás, se aproximam da problemática do surgimento da Filosofia. De maneira breve, a questão que se coloca é se a História, assim como a Filosofia, é autenticamente grega (“milagre grego”) ou é fruto de influências de civilizações variadas. Não buscaremos a resposta dessa questão, a qual ultrapassaria os objetivos deste livro introdutório. Nesse momento, basta dizer que a resposta passa pelo entendimento de que a história surgiu no bojo de uma série de transformações do século V a. C., a partir das quais também apareceram ou





desenvolveram-se a comédia, a medicina, a filosofia e a eloquência (CARDOSO, 2005, p. 120). Entre as condições para tais transformações estão o nascimento da *polis* com suas novas formas de poder, democracia, cidadania etc. O que não impede que um autor como Carbonell defenda que foram exatamente homens como Heródoto e Tucídides, viajantes e conhecedores do exílio, que, ao romper o particularismo da cidade, tenham tornado-se historiadores:

Foi por se interrogar sobre os costumes exóticos dos Bárbaros, e em primeiro lugar sobre os Persas, que tinham submergido a sua Cária natal, que Heródoto se debruçou sobre o passado; foi por ter percebido a analogia entre as cidades arcaicas e as cidades evoluídas embarcadas num mesmo conflito fratricida e suicida que Tucídides pôde reconstruir as fases duma história comum percorrida a velocidades diferentes (CARBONELL, 1981, p. 16).

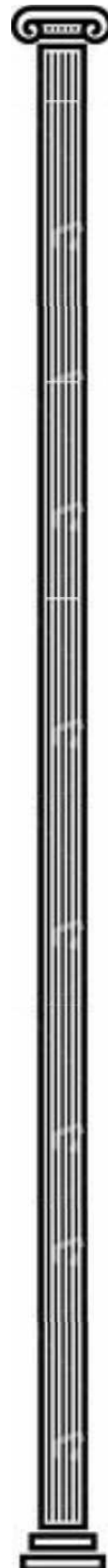
No período Helenístico, houve mudanças em certos aspectos do que se fazia na Grécia e permanências de outros aspectos. Entre esses, por exemplo, Luciano de Samósata, no século 2 d. C., afirmava em seu texto *Como escrever História* que um livro de História deveria ser verdadeiro e útil. O historiador precisaria ter conhecimento político e uma retórica adequada; ser, preferencialmente, testemunha daquilo sobre o que escreve; ordenar os eventos narrados numa ordem cronológica, “compor falas para os personagens históricos e ser moderado em seus juízos morais” (CARDOSO, 2005, p. 122). Entre as mudanças ocorridas está a tentativa de junção entre a história de origem grega e cristã no que diz respeito ao tempo, o que já renunciava muito da forma de se escrever história na Idade Média (*Ibidem*, p. 122-124).

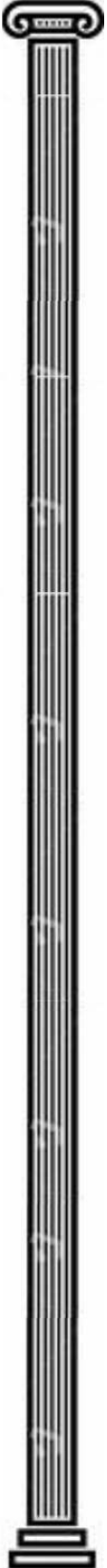
Como em outras áreas do conhecimento, durante muito tempo o período medieval foi caracterizado como uma “grande noite” para as atividades dos historiadores.

Da mesma forma, a história sofreu uma forte influência da igreja, mas não podemos falar exatamente em uma decadência. Há uma série de trabalhos que atestam a continuidade da tradição historiográfica (CARBONELL, 1981, p. 41). No século XIV, o inglês Ranulfo Higden definia os tipos de preocupações que marcavam a historiografia, entre as quais não estava o interesse pelas “pessoas comuns” e sim pelos feitos das pessoas importantes:

Existem sete espécies de pessoas cujas ações são aquelas mais frequentemente lembradas nos livros de História, a saber, o príncipe em seu reino, o cavaleiro na guerra, o juiz no tribunal, o bispo entre os clérigos, o político na sociedade, o proprietário em sua casa, o monge no seu mosteiro. A tais espécies correspondem sete espécies de ações, a saber, a construção de cidades, a vitória sobre os inimigos, a aplicação dos direitos, a correção dos crimes, a organização da coisa pública, a gestão das coisas domésticas, a conquista da salvação (HIGDEN apud CARDOSO, 2005, p. 124).

No decorrer da Idade Média existiu uma grande variedade de historiadores e tipos de histórias. Uma das formas de compreender essa diversidade é a partir dos lugares onde tais historiadores exerciam suas atividades, não se prendendo necessariamente à cronologia (CARDOSO, 2005, p. 124). Havia o historiador que era o *monge*, normalmente responsável por guardar os livros e manuscritos do mosteiro. A preocupação com a liturgia marcou os seus escritos com uma grande atenção à cronologia devido à necessidade de calcular as datas das festas móveis do calendário cristão. Um segundo tipo de historiador era o *cronista*, ligado a cortes ou patronos. A característica principal dessa produção era exaltar os feitos de príncipes e santos.





O terceiro tipo era o *historiador de escritório*, mais comum na Baixa Idade Média, que se relaciona com o desenvolvimento de atividades administrativas. Sua produção apoiava-se em documentos variados da diplomacia, da igreja e da administração em geral. Aproxima-se, nesse sentido, da História erudita dos séculos seguintes (*Ibidem*, p. 125).

Ainda que seja marcante a influência da igreja na historiografia, dando a essa um “estatuto essencialmente religioso pela sua perspectiva teológica, pelo seu objeto eclesiástico e pela sua finalidade ética”, os clérigos não ignoravam certa forma de história política, militar e dinástica. As histórias eclesiásticas não são histórias gerais da igreja, mas sim histórias particulares de uma região, de um domínio, de um mosteiro. Uma das circunstâncias que favoreceram o desenvolvimento desse tipo de história foi a existência de *Anais* (registro ano após ano do que era considerado memorável por seus redatores), os quais, com o passar do tempo, acabaram se constituindo em fontes para histórias documentais (CARBONELL, 1981, p. 43-44).

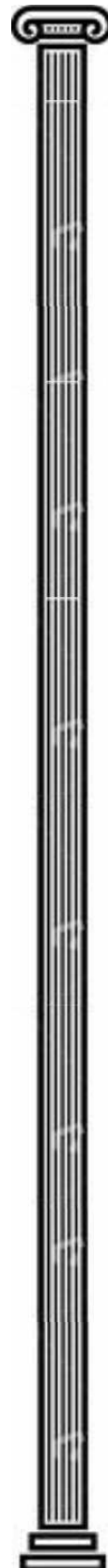
Apesar dos exemplos acima do desenvolvimento da historiografia no período medieval, não podemos perder de vista que a história não desempenhava papel importante no período. Basta lembrar que ela não era nem mesmo uma disciplina e sim uma ciência auxiliar da Moral, da Teologia e do Direito. Somente no final da Idade Média, com o desenvolvimento da idéia de nação, a história vai se tornar independente e passar a ocupar “uma seção separada nas bibliotecas” (CARDOSO, 2005, p. 124). O motivo para esse papel secundário exercido pela história pode ser apontado na pouca preocupação dos homens da Idade Média com o tempo, o fato dos monges não se preocuparem em inovar, mas em copilar, resumir e imitar, empobrecendo o gênero.

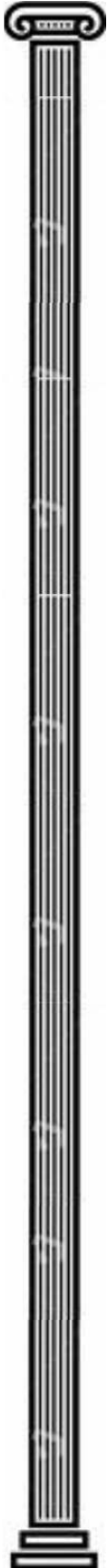
Por fim, não se pode esquecer que na medida em que a Providência era considerada a causa de todas as coisas, não estava na história a chave para a explicação dos eventos passados (CARBONELL, 1981, p. 46-47).

A partir do século XII, a historiografia ocidental sofreu modificações importantes no sentido de sua secularização. Os motivos para as mudanças são variados. De um lado, há as cruzadas que aumentam o espaço habitado pelos europeus e colocam em pauta novos povos e territórios antes desconhecidos. De outro lado, começam a surgir os Estados sólidos que buscam administrar a sua própria história. Ao mesmo tempo, o latim e os clérigos perdem sua hegemonia dando espaço à produção em outras línguas e com outros objetivos. Nas palavras de Carbonell, “à idade da fé sucede, em história, a idade da razão – a do sábio e a do Estado” (*Ibidem*, p. 51).

Essas mudanças profundas poderão ser verificadas no surgimento ou transformação dos gêneros históricos produzidos. Nesse caminho, os *Anais* praticamente desaparecem e as histórias eclesiásticas e vidas de santos perdem centralidade. Ao mesmo tempo, as cronologias universais mantêm seu prestígio, como atestam a *Grande Crônica da França* e a *História da Terra Santa*. Assim, a “crônica” pode designar tanto eventos vividos pelo autor, quanto uma síntese elaborada a partir de documentos relativos aos Estados que então se afirmavam (*Ibidem*, p. 50-51).

Entre os séculos XV e XVIII uma série de acontecimentos relacionados tanto à história quanto aos procedimentos técnicos dos historiadores modificaram profundamente a forma de se conceber a historiografia. Já no século XV, três acontecimentos aparentemente sem relação contribuíram para a transformação historiográfica. Por volta de 1440, em Estrasburgo, Gutemberg criou a imprensa de caracteres móveis, possibilitando maior agilidade na impressão e difusão de livros.





No mesmo período, em Roma, Lorenzo Valla desenvolveu uma técnica de crítica documental que demonstrou a falsidade de um texto conhecido como *Doação de Constantino*, fato representativo dos avanços de tal técnica que continuaria a se desenvolver nos séculos seguintes. Em 1453, a cidade de Bizâncio foi tomada pelos Otomanos, causando a diáspora de copistas e gramáticos gregos pela Europa.

Em resumo, novas técnicas de difusão, novo método de análise, novas fontes e novas curiosidades relacionadas ao Renascimento ampliaram a noção de História. Vale insistir na importância de acontecimentos como o descobrimento de novos continentes e a Reforma para que tais transformações pudessem acontecer na historiografia. Tamanhas mudanças levaram a uma perspectiva histórica na qual o tempo já não era encarado como oriundo de Deus. O passado não era mais decifrado através de sonhos e profecias e a condição histórica do homem impõe-se (CARBONELL, 1981, p. 61-64).

No caminho de constituição de um método histórico, o século XVII ocupa um lugar importante. Em parte devido a debates sobre problemas religiosos, desenvolveu-se uma preocupação com a autenticidade documental. Assim, em 1681, foi publicado o livro *De Re Diplomatica*, de Dom Mabillon. O texto procurava demonstrar que seria possível, através de indícios materiais, “provar a autenticidade ou falsidade de um documento” (CARDOSO, 1994, p. 32). Além da publicação desse trabalho, há outros elementos que atestam o progresso da erudição até o século XVIII:

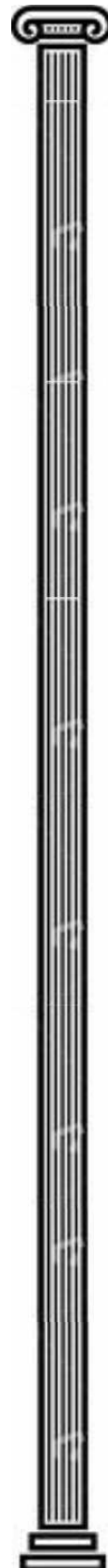
– aperfeiçoam-se os instrumentos de pesquisa: J.-A. Fabricius (*Bibliotecas latina*, 1667, e grega, 1705) e o Pe. Lelong (*Biblioteca histórica da França*, 1719) fundam a bibliografia retrospectiva. Multiplicam-se os catálogos de bibliotecas; o primeiro *Catálogo geral da Biblioteca de França* aparece em 1622;

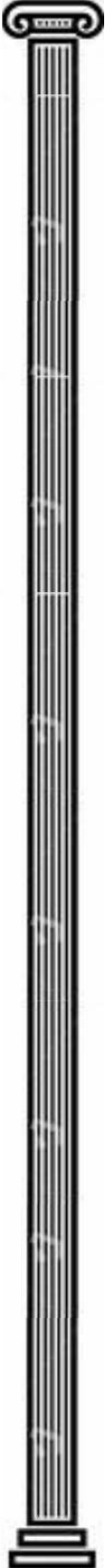
– criam-se as ciências auxiliares: a heráldica [...], a diplomática, ou adquirem maior segurança, como a cronologia, à qual a *Arte de vérifier les dates*, dos beneditinos de Saint-Maur, fornece em 1750 bases mais sólidas;

– as publicações de fontes tornam-se mais abundantes e mais diversificadas: depois de o doutor lionês Jacob Spon ter ampliado a investigação de documentos epigráficos [...], o arquivista do ducado de Modena, L. A. Muratori, publica um magistral *Novus thesaurus veterum inscriptionum* (1739) (CARBONELL, 1981, p. 77-78).

Ao lado do desenvolvimento historiográfico acima mencionado, que levou ao aumento das publicações na área, sobretudo a compilação de fontes historiográficas, de história da igreja e documentos de Estado, o século XVIII seria marcado pelo desenvolvimento de teorias a respeito das concepções de história. Nesse plano, Gianbattista Vico defendeu o caráter cíclico do desenvolvimento das sociedades e Condorcet, no final do século, afirmava a possibilidade de que “os fatos humanos fossem objeto de conhecimento científico, e a previsibilidade de tais fatos” (CARDOSO, 1994, p. 33). Por vezes, a proximidade entre filosofia e história no século das luzes levou esta última a alargar seu espaço de reflexão. Em 1774, Voltaire, em seu texto *Novas considerações sobre a História*, reclamava tal alargamento com as seguintes palavras:

Depois de ter lido três ou quatro mil descrições de batalhas e o teor de algumas centenas de tratados, achei que não tinha ficado muito instruído. Só tinha aprendido acontecimentos... A Espanha seria mais rica antes da conquista do Novo Mundo do que hoje? Qual tinha sido o aumento da população entre o tempo de Filipe IV e o de Carlos V? Eis um dos objectos da curiosidade de quem quer que pretenda ler a história na





qualidade de cidadão e de filósofo. Estará bem longe de se contentar com este conhecimento; desejará saber por que é que uma nação foi poderosa ou impotente no mar; como e até que ponto ela enriqueceu... As modificações nas leis e nos costumes serão, enfim, o seu grande objecto. Saber-se-ia assim a história dos homens em lugar de se saber uma pequena parte da história dos reis e das cortes (VOLTAIRE apud CARBONELL, 1981, p. 85).

Ao lado dessa busca de alargamento dos problemas da história a partir de seu contato com a filosofia, persistiu uma produção voltada para “distrair o homem de sociedade e a instruir o príncipe”. De acordo com Carbonell, os séculos XVII e XVIII “têm o gosto da história” e as obras históricas representam cerca de um sexto da produção literária na França: 16% em 1643-1645 e 15% pouco antes da revolução de 1789. Eram quatro os temas que mais atraíam a atenção: a “história imediata”, formada por memórias e diários; a história dos Estados através da vida de seus príncipes; a história de Roma e a “história exótica”, a respeito de povos do Extremo Oriente e da América. Essa historiografia, cujo objetivo era entreter os homens, não era nem erudita nem filosófica, era “literária”. Combinava “a inspiração cavalheiresca da Idade Média agonizante e da Renascença (proezas do herói, choque de paixões) com as receitas da retórica romana: dramatização da narração, arengas, reflexões morais...” (*Ibidem*, p. 87-88).

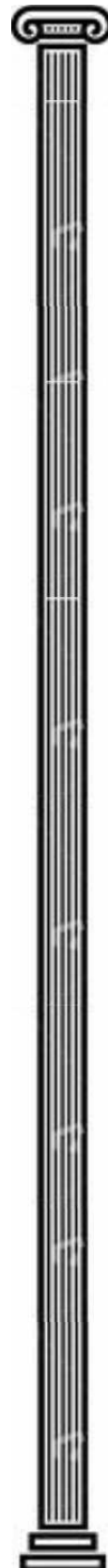
O século XIX, que por vezes é apontado como o século da história, dada a importância que ganhou a disciplina principalmente em seu último quartel, talvez seja melhor definido como século *das* histórias, na medida em que foram várias as influências e perspectivas que se desenvolveram em seu decorrer. Entre outras características, cabe lembrar que nesse século se desenvolveram técnicas filológicas, arqueológicas etc., voltadas para a crítica erudita de documentos.

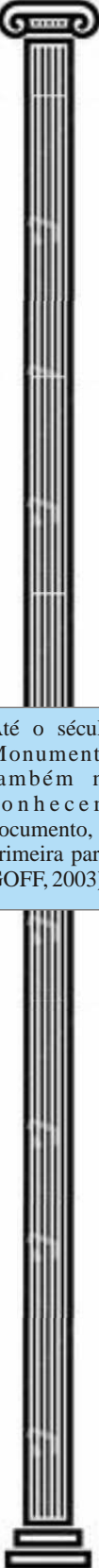
Foi o momento de surgimento de grandes escolas históricas nacionais européias, relacionadas a nomes importantes como Ranke, Guizot, Michelet, para nos restringirmos a apenas três deles. Fora do mundo “oficial” dos historiadores, surgiu o Materialismo Histórico como uma teoria global de explicação das sociedades humanas (CARDOSO, 1994, p. 34).

Uma das influências sofridas pela história no século XIX foi a do Romantismo. Segundo Carbonell, não devemos confundir a historiografia do período romântico, bastante diversificada, com o que podemos chamar de “historiografia romântica”, que apresenta alguns aspectos que lhe dão coesão: uma primeira característica dessa história é uma curiosidade maior pela Idade Média, idealizando aspectos que teriam sido perdidos; outra marca é uma busca pelo exótico através do efeito do arcaísmo; um terceiro elemento é a utilização de um método, “por vezes mais poético do que erudito”, resultando em grande espaço para a imaginação e a intuição. As palavras de Michelet a respeito de seu trabalho com os documentos no arquivo são representativas da retórica romântica, marcada pela utilização da metáfora:

No silêncio aparente daquelas galerias, um movimento, um murmúrio que não era de morte. Aqueles papéis não são papéis mas vidas de homens, de províncias, de povos... Todos viviam e falavam, e rodeavam-me dum exército de cem línguas... Aquela dança galvânica que dançavam em minha volta, tentei reproduzi-la neste livro (MICHELET apud CARBONELL, 1981, p. 94).

Mas a historiografia do século XIX não se resume ao Romantismo. Outra vertente, chamada de Filosofia da História, buscará explicações generalizantes para o entendimento das sociedades e da história, como as questões relacionadas às raças ou à religião como chave





explicativa para a ascensão ou declínio de certas formações sociais. Havia, nessa mesma linha, aqueles autores que acreditavam terem encontrado uma *causa* explicativa para a história e sua totalidade:

“Marx e a luta de classes, definidas nas suas relações de produção; Gobineau e as raças, a superior vetor do progresso, e as inferiores portadoras genéticas da decadência [...]; Taine e a tripla determinação do homem pela raça, o momento e o meio [...]” (CARBONELL, 1981, p. 97).

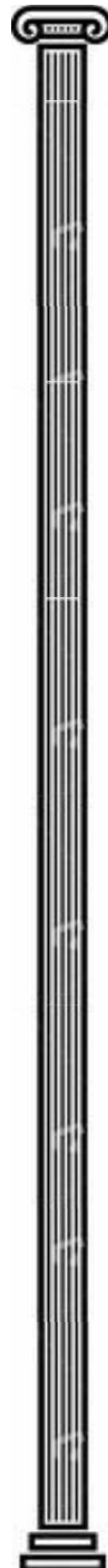
Mais uma característica marcante do século XIX no que diz respeito aos estudos históricos é a ampliação da busca de documentos e sua publicação. Assim, por exemplo, em 1815, a Academia de Berlim propõe uma compilação de todas as inscrições da Antigüidade Clássica e, no ano seguinte, na França, é iniciada a publicação, em fascículos, dos *Monumentos da França classificados cronologicamente*. Ao mesmo tempo, dois aspectos modificaram as condições da pesquisa erudita: a predominância da Alemanha nas pesquisas históricas e o papel desempenhado de forma crescente pelo Estado (CARBONELL, 1981, p. 99).

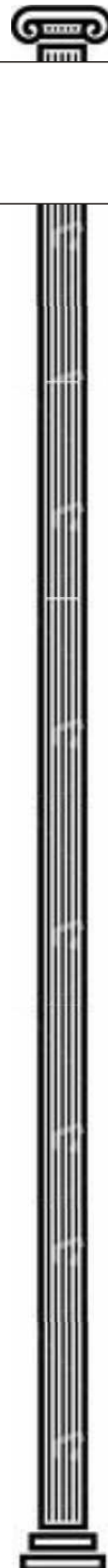
A presença do Estado na estruturação das pesquisas em história aparece de diversas formas. Por exemplo, ele podia ajudar os investigadores com subvenções anuais; manter historiadores como funcionários efetivos; aumentar as vagas de professor universitário, de arquivistas e bibliotecários; dirigir institutos de pesquisa, a exemplo do Comitê dos Trabalhos Históricos da França. Seu criador, também historiador, afirmava: “só ao governo compete, em minha opinião, a realização deste grande trabalho. Só o governo possui os recursos de toda a ordem exigidos por esta vasta empresa” (*Ibidem*, p. 102). Manifesta-se, dessa forma, a iniciativa do Estado de tomar a história a seu cargo:

Até o século XIX, a palavra Monumento era utilizada também no sentido que conhecemos hoje por documento, conforme vimos na primeira parte deste livro. (LE GOFF, 2003).

Protector do patrimônio, possuidor dos depósitos de documentos, cada vez mais dispensador do ensino – fixa-lhe os programas e remunera um número crescente de mestres –, mecenas, protetor, fora das fronteiras, dos seus cidadãos, para os quais conquista alguns privilégios de extraterritorialidade científica em algumas concessões arrancadas nas rotas imperiais, o Estado é omnipresente, omnipotente. Como não havia de ser, desde logo, o discurso dos historiadores um discurso sobre o Estado? (*Ibidem*, p. 103).

Foi nessas condições da pesquisa histórica que surgiu, na Alemanha, uma das mais influentes escolas históricas, a chamada escola metódica. Algumas das concepções dessa escola, mesmo sendo logo questionadas profundamente, perpassaram praticamente todo o século XX. Dada a sua importância, vamos tratar desse movimento historiográfico em capítulo separado. Antes, porém, faremos um breve resumo do método de análise documental, chamado de erudito. Já nos referimos a tal método na parte inicial deste trabalho quando discutimos a definição de história e documento histórico. Trata-se, neste momento, de procurar apresentar as suas principais características, o que nos será duplamente útil. Em primeiro lugar, porque tal metodologia era utilizada pela escola metódica. O seu conhecimento facilitará, assim, a nossa exposição a respeito dessa escola. Em segundo lugar, as escolas históricas posteriores farão constantemente referência a tal método a fim de criticar seus fundamentos, sendo necessário, dessa forma, que o conheçamos para que possamos entender tais críticas.



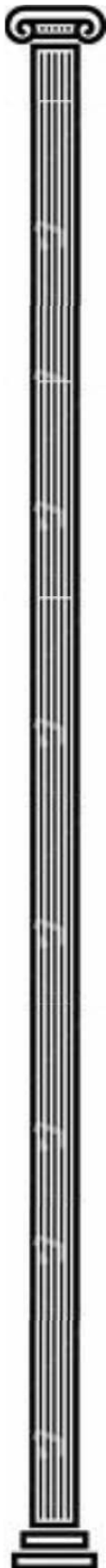


O método erudito de técnica documental

Vimos anteriormente como a noção de documento histórico e de seu uso pelo historiador variou no decorrer do século XX, passando de uma perspectiva em que o documento era tomado como “verdade”, um puro vestígio legado pelo passado, até a idéia de documento como construção social na qual está implicado o poder. Vamos fazer um resumo da proposta elaborada no manual de Charles Langlois e Charles Seignobos considerando de antemão que ele é representativo de uma escola histórica do final do século XIX e início do século XX. O objetivo aqui é entender tal proposta para, em seguida, compreendermos as críticas que essa concepção de história sofreu nas últimas décadas, mas também seus elementos que permanecem sendo utilizados.

Antes, porém, vale lembrar que o método erudito de análise documental tem suas raízes em momentos anteriores ao século XIX, como nos lembra Le Goff. Iniciado na Idade Média, consolidado no período renascentista, enunciado pelos grandes eruditos do século XVII, o método foi aperfeiçoado pelos historiadores influenciados pelo positivismo no século XIX. E a essência dessa crítica documental foi, desde o início, uma procura pela autenticidade dos documentos, do que advém a preocupação com a datação dos textos (LE GOFF, 2003, p. 533).

O livro de Langlois e Seignobos, *Introdução aos Estudos Históricos*, foi elaborado no final do século XIX e publicado no princípio do século seguinte. Ele sintetiza, conforme apontamos acima, tanto o progresso da erudição quanto a essência da escola histórica chamada de positivista. Os autores propõem examinar as condições e os processos do conhecimento histórico, indicando-lhe o caráter e os limites. Com o livro, procuravam responder questões tais como:



“como podemos chegar a saber, do passado, o que é possível e o que convém saber? Que é um documento? Como tratar um documento, em função da obra histórica? Que são fatos históricos? Como agrupá-los, para construir a obra histórica?” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 6).

Não esqueçamos que, além da necessidade lógica de ter em mãos os documentos para poder trabalhar, está implícita na preocupação do método a centralidade do *documento*. O primeiro parágrafo do livro em análise não deixa dúvida quanto a tal noção:

A história se faz com documentos. Documentos são os traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado. Entre os pensamentos e os atos dos homens, poucos há que deixam traços visíveis e estes, quando se produzem, raramente perduram: basta um acidente para os apagar. Ora, qualquer pensamento ou ato que não deixou traços, diretos ou indiretos, ou cujos traços visíveis desapareceram, está perdido para a história: é como se nunca houvesse existido. Por falta de documentos, a história de enormes períodos do passado da humanidade ficará para sempre desconhecida. Porque nada supre os documentos: onde não há documentos não há história (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 15).

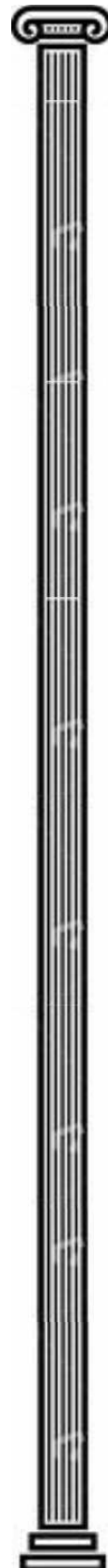
No método propõem-se quatro fases para o trabalho do historiador. Em primeiro lugar, era necessário reunir os documentos apoiando-se em uma técnica chamada de heurística. Passada essa fase, era necessário fazer o tratamento da fonte através de uma série de operações críticas: crítica de autenticidade, de restituição, de proveniência, de interpretação e de credibilidade. Em seguida, viria a fase de separação dos fatos: “sendo os documentos incontestáveis, o historiador extrai-lhes os fatos por simples observação”. Separados os fatos, chegava a vez de organizá-los por meio de uma “construção histórica”. Nesse momento, o historiador deveria se esforçar em

estabelecer relações entre os fatos sob a forma de um relato impessoal, evitando o estilo dos românticos, que procuravam dar uma falsa impressão de tê-los vivido (CARBONELL, 1981, p. 105). Vejamos mais detalhadamente como funciona tal processo de crítica documental.

Abusca dos documentos (Heurística)

O primeiro passo do historiador deve ser, antes de qualquer exame crítico ou interpretação, o de certificar-se se os documentos existem, quantos são e onde se encontram. Informar-se preliminarmente do lugar ou lugares onde se encontram os documentos e depois tratá-los. É certo que os primeiros historiadores e eruditos haviam enfrentado grandes dificuldades em sua busca de documentos, uma vez que estes estavam dispersos em arquivos, bibliotecas privadas, mosteiros etc. Entretanto, advertem os autores que mesmo que a situação tenha melhorado, o estudioso não podia descurar dessa tarefa primordial de localização de todos os documentos relativos ao tema de estudo proposto.

Uma marca das dificuldades enfrentadas pelos historiadores do final do século XIX seria a de, mesmo tendo se constituído os arquivos, museus e bibliotecas, não haver documentos e inventários seguros desses documentos nos locais depositados. Dessa forma, não se tinha certeza do que existia exatamente nesses depósitos de documentos. Assim, uma das tarefas mais importantes a ser enfrentada era a elaboração de inventários adequados de documentos históricos, já que se encontravam em péssimas condições. A partir de tais problemas enfrentados pelo historiador, seria necessário escolher os assuntos a serem estudados considerando os seguintes fatores:



“a existência ou não de repertórios de documentos ou repertórios bibliográficos; o fato de gostarmos ou do trabalho de gabinete ou do trabalho de exploração de depósitos; de podermos ou não freqüentar com comodidade certos depósitos” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 23-30).

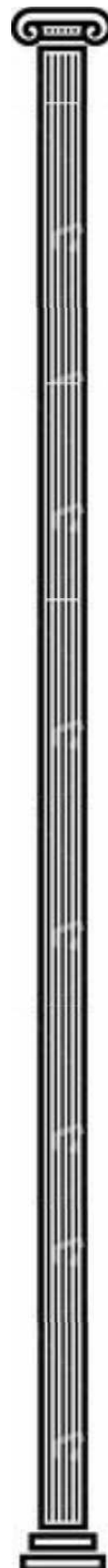
Feita a localização, reunião, identificação, catalogação e classificação dos documentos pretendidos chega-se à fase de leitura desses textos, para a qual é necessário o conhecimento prévio de uma série de ciências auxiliares. Nas palavras de Langlois e Seignobos, a profissão do historiador assemelha-se à maioria das outras: “é impossível exercê-la sem um certo lastro de noções técnicas, a que nem disposições naturais, nem mesmo o método, conseguiriam suprir” (*Ibidem*, p. 32). Argumentam os autores: sem tais conhecimentos, como trabalharíamos com um documento escrito se não soubéssemos ler? Seria o caso, por exemplo, de documentos egípcios escritos em hieróglifos, de textos manuscritos da Antigüidade ou da Idade Média. Como compreendê-los se não dominamos a língua na qual foram escritos? Nesse ponto, os exemplos de línguas como as etruscas, gregas, e mesmo o latim clássico, são marcantes. Mesmo quando, passadas as fases anteriores, conseguimos ler e entender documentos, como saber se são verdadeiros ou falsos? E, ainda, como o historiador poderia interpretar os “documentos figurados” (arquitetura, escultura, pintura, entre outros) sem cometer equívocos?

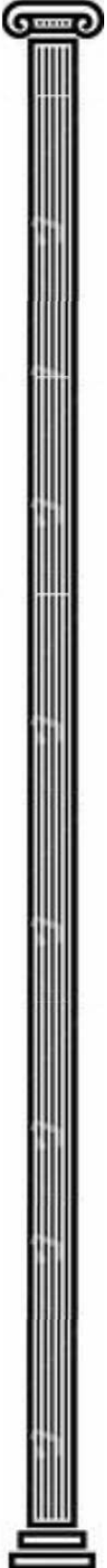
É exatamente para atender às necessidades e responder aos problemas acima mencionados que o historiador deve recorrer às ciências auxiliares. Abaixo apresentamos uma lista de algumas dessas ciências (CARDOSO, 1994, p. 53-54):

- Diplomática: “ciência que tem por objeto os diplomas, cartas e outros documentos oficiais, para determinar sua autenticidade, sua integridade e época ou data em que foi feito; ciência e arte da leitura e decifração de diplomas e outros documentos antigos;

Essa e as demais definições das ciências auxiliares abaixo citadas foram retiradas do *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (2008).

- . estudo da história e das diversas formas dos documentos legais e administrativos”;
- . Numismática: “ciência que tem por objeto de estudo as moedas e as medalhas [...]”;
- . Filologia: “estudo das sociedades e civilizações antigas através de documentos e textos legados por elas, privilegiando a língua escrita e literária como fonte de estudos; estudo rigoroso dos documentos escritos antigos e de sua transmissão, para estabelecer, interpretar e editar esses textos; o estudo científico do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas, em especial a pesquisa de sua história morfológica e fonológica baseada em documentos escritos e na crítica dos textos redigidos nessas línguas (por exemplo, filologia latina, filologia germânica etc.); gramática histórica; estudo científico de textos (não obrigatoriamente antigos) e estabelecimento de sua autenticidade através da comparação de manuscritos e edições, utilizando-se de técnicas auxiliares (paleografia, estatística para datação, história literária, econômica etc.) [...]”;
- . Sigilografia: “ciência que tem por objeto de estudo as moedas e as medalhas; [...]”;
- . Paleografia: “qualquer forma antiga de escrita, tanto em documentos como em inscrições; estudo das antigas formas de escrita, incluindo sua datação, decifração, origem, interpretação etc.”;
- . Criptografia: “conjunto de princípios e técnicas empregadas para cifrar a escrita, torná-la ininteligível para os que não tenham acesso às convenções combinadas [...]”;
- . Epigrafia: “estudo da composição de epígrafes, de inscrições; [...] ciência que estuda as inscrições lapidares dos monumentos antigos”;
- . Papirologia: “ciência que estuda os papiros antigos”;
- . Genealogia: “estudo que tem por objeto estabelecer a origem de um indivíduo ou de uma família; exposição cronológica, geralmente em forma de diagrama, da filiação de um indivíduo ou





da origem e ramificações de uma família; conjunto de antepassados segundo uma linha de filiação [...]”;

. Heráldica: “arte ou ciência cujo objeto é o estudo da origem, evolução e significado dos emblemas blasônicos, assim como a descrição e a criação de brasões ('peça ou composição')”

. ;Cronologia: “estudo do tempo e de suas divisões com o objetivo de distinguir a ordem de ocorrência dos fatos; cronografia; relação de datas e acontecimentos históricos; [...]”; notação exata da série de acontecimentos de cada ano; qualquer listagem de situações ou eventos distribuídos no tempo” .;

Os autores do manual sabem da dificuldade da aprendizagem de todas as ciências auxiliares, e mesmo que há divergências a respeito da definição de quais seriam efetivamente indispensáveis ao historiador. Diante disso, apontam que além de uma cultura geral (histórica, filosófica e literária), era necessário, pelo menos, ter

“todos os conhecimentos capazes de conferir os meios de achar, entender e criticar os documentos. Estes conhecimentos variam com a especialização em um ou outro setor da história universal” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 23).

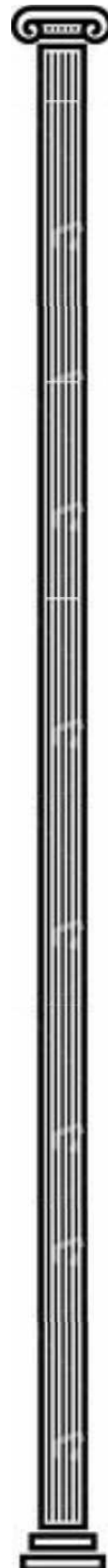
A crítica externa e interna

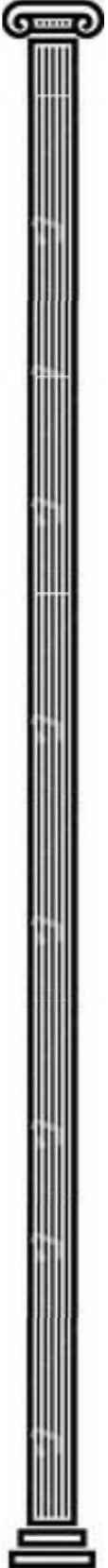
Após a fase anterior, chega-se ao momento da crítica externa do documento, também chamada de crítica de erudição, uma vez que é necessário utilizar os conhecimentos acumulados pelo historiador.

O objetivo nessa etapa é determinar se um documento é verdadeiro ou falso, no todo ou em parte. Para isso é utilizada a comparação com outros documentos já considerados autênticos ou com o contexto sócio-cultural em que foi produzido. Em seguida, “trata-se de restabelecê-lo qual era na sua forma primeira, no caso de ter sofrido alterações, de localizá-lo no tempo e no espaço, e de determinar a sua autoria” (CARDOSO, 1994, p. 56).

A chamada “crítica de restituição”, como o próprio significado indica, é a busca por controlar as alterações que o documento possa ter sofrido no decorrer do tempo, objetivando a restauração de sua forma original. Procurava-se preencher lacunas, corrigir erros, eliminar intervenções indevidas. Esse processo é possível através da análise da coerência gramatical, presença de contradições, anacronismos etc., bem como a comparação com outros textos do período. Já a “crítica de procedência” é responsável pela determinação da data, local de origem e autoria do texto. Para isso, recorria-se à Paleografia, ao confronto de documentos, às particularidades lingüísticas, entre outras. Por fim, ainda nessa fase, é necessário fazer a “classificação crítica dos textos” que consiste em distinguir os testemunhos diretos dos indiretos, sendo os primeiros mais valorizados (CARDOSO, 1994, p. 57-58).

Feita a análise externa dos documentos, passa-se à fase de crítica interna dos testemunhos, também conhecida como “crítica de veracidade”. O objetivo não é mais saber se o documento é autêntico, o que já foi feito nas fases anteriores, e sim saber da veracidade do seu texto. O primeiro passo é a interpretação ou hermenêutica, que significa apreender o conteúdo exato e o sentido de um texto,





“partindo de um conhecimento aprofundado da língua da época e das convenções culturais vigentes no período da sua composição (modas intelectuais, etiqueta, fórmulas de cortesia, estilos etc.)”. O passo seguinte é a “crítica da sinceridade” que procura avaliar as afirmações do documento a partir de perguntas, tais como, teria o autor interesse em mentir? Estava numa situação que o obriga a mentir? Estaria mentindo para proteger interesses pessoais, familiares, de um grupo ou facção? Quais as suas simpatias e antipatias? Essa fase era finalizada com a “crítica de exatidão” que buscava estabelecer “o grau de conhecimento direto e efetivo que poderia ou não ter o autor do texto, segundo a sua posição em relação aos fatos que relata” (*Ibidem*, p. 59).

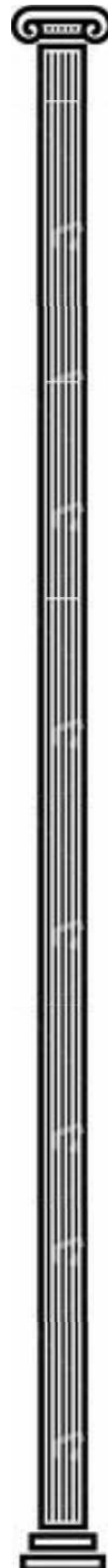
A operação sintética

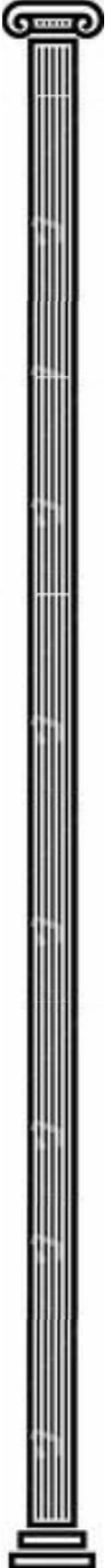
Após a realização de todo o trabalho de crítica acima descrito, estariam estabelecidos os “fatos históricos” e restaria ao historiador fazer a síntese, a construção de sua narrativa histórica. Nesse ponto, de acordo com Ciro Flamarion Cardoso, a posição dos historiadores influenciados pelo positivismo era bastante pessimista. Esse sentimento se relacionava à própria base de seu trabalho, que eram os fatos históricos, os quais apresentavam uma série de limites: eram de naturezas variadas, estabelecidos de maneira indireta, apresentavam “graus diversos de generalidade no tempo e no espaço” e nem sempre seria possível estabelecer os fatos históricos, sendo necessário trabalhar com probabilidades. Dessa forma, para os historiadores tradicionais, a síntese histórica deveria operar “sobre uma base incoerente e heterogênea de fatos singulares” (CARDOSO, 1994, p. 62).

Mesmo com tais dificuldades, a síntese histórica deveria partir de dois postulados. O primeiro seria o de que os fenômenos de percepção intelectual indireta não são irreais: “os fatos históricos existem externa e independente do observador”. O segundo, o de que a única forma de fazer a reconstituição histórica seria tomando como ponto de partida “a semelhança dos fatos do passado com os atuais – estes sim, observáveis diretamente”. Partindo desses postulados, as operações sintéticas procederiam em quatro etapas:

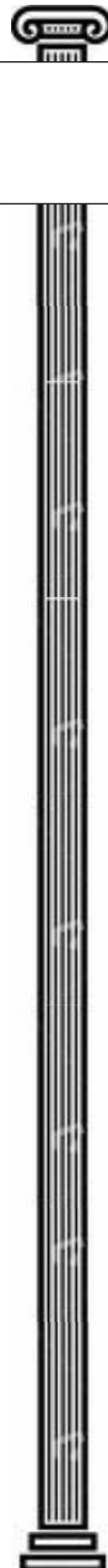
A primeira consistiria em imaginar os fatos históricos estabelecidos pela crítica segundo o modelo dos fatos atuais análogos: isto para construir uma imagem global do fato passado, já que o que os documentos proporcionam em forma direta são só fragmentos de fatos que é preciso organizar. A segunda consistiria em agrupar os fatos em quadros, classificando-os segundo a sua natureza (fatos materiais, institucionais, intelectuais, religiosos, etc.). Em terceiro lugar viria a constatação das lacunas devidas a insuficiências documentais, tratando-se de preenchê-las através de um raciocínio que parta dos fatos conhecidos (os fatos reconstituídos por tais inferências não teriam, como é natural, o mesmo caráter seguro dos que a documentação estabelece). Em quarto e último lugar, proceder-se-ia à condensação dos fatos em formulações de conjunto baseadas nas suas relações: assim apareceria a cadeia de causas e conseqüências (*Ibidem*, p. 63).

O mais importante a reter dessa apresentação do método de crítica erudita é a noção de construção do conhecimento histórico que nele está explicitado. O historiador precisava estar amparado em um método para vencer uma série de dificuldades que se colocava na análise documental: a origem, a autenticidade, a compreensão e interpretação dos textos.





Passadas as fases anteriores, descortinava-se o fato histórico que seria trabalhado pelo historiador. De acordo com essa perspectiva, por mais difícil que fosse chegar até ele, haveria um passado objetivo, exterior à vontade do estudioso. Como veremos no decorrer deste livro, essa noção foi criticada pelas escolas históricas subseqüentes, até chegar ao questionamento da existência de qualquer fato histórico objetivo.

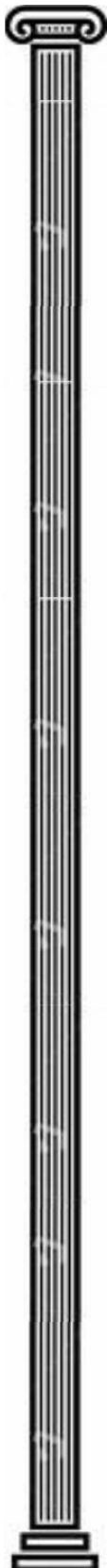


A escola metódica

Como afirmamos nos capítulos anteriores, no final do século XIX surgiu, na Alemanha, o que viria a ser uma importante escola histórica cuja influência adentraria o século XX. O surgimento dessa escola é, em certa medida, uma resposta à influência da Filosofia da História e do Romantismo entre os historiadores da segunda metade do século XIX. Influenciada pelo positivismo, baseando-se em métodos de trabalho como os que apresentamos acima, a escola metódica surgiu com a pretensão de que a história possuísse uma objetividade científica.

Antes de apresentarmos, em linhas gerais, as características principais da escola metódica, vale ressaltar que ela foi influenciada pelo positivismo, mas não se confunde com esse, como por vezes aparece equivocadamente em sua caracterização. Essa influência pode ser apontada em pelo menos dois aspectos marcantes: em primeiro lugar, a afirmação dos fatos como tarefa primordial do historiador. Em segundo lugar, um certo pessimismo em explicar tais fatos através de leis, uma vez que cada fato social, de acordo com o positivismo, era único e, portanto, não poderia haver leis para explicá-los (CARDOSO, 1994, p. 36).

Ao se falar em história metódica, o nome do historiador alemão Leopoldo Von Ranke (1795-1886) aparece como a grande influência, uma vez que a sua obra sintetiza, de certa forma, a essência do pensamento dessa escola. Ranke utiliza o método que associa erudição e escrita, que busca não julgar, nem filosofar. Procura retirar a



substância de sua obra de fontes primárias encontradas em arquivos e bibliotecas. Para ele, o papel do historiador não era o de deduzir leis ou procurar causas e sim mostrar “como é que aquilo aconteceu realmente” (CARBONELL, 1981, p. 104). Ao profissional de história cabia recuperar os eventos, suas interconexões e suas “tendências através da documentação e fazer-lhes a narrativa”. Como se pode observar, a proposta do historiador alemão procurava se afastar da metafísica e da filosofia, o que pode ser apontado em sua obra a partir dos seguintes aspectos:

- (a) o historiador não é juiz do passado, não deve instruir os contemporâneos, mas apenas dar conta do que realmente se passou;
- (b) não há nenhuma interdependência entre o historiador, o sujeito do conhecimento, e o seu objeto, os eventos históricos passados. O historiador seria capaz de escapar a todo condicionamento social, cultural, religioso, filosófico etc. em sua relação com o objeto, procurando a “neutralidade”;
- (c) a história – *res gestae* – existe em si, objetivamente, e se oferece através dos documentos;
- (e) os fatos, extraídos dos documentos rigorosamente criticados, devem ser organizados em uma seqüência cronológica, na ordem de uma narrativa; toda reflexão teórica e nociva, pois introduz a especulação filosófica, elementos *a priori* subjetivistas;
- (f) a história-ciência pode atingir a objetividade e conhecer a verdade histórica objetiva, se o historiador observar as recomendações anteriores (REIS, 2004, p. 17).

De acordo com o exposto acima, a história científica seria produzida por um sujeito que se “neutraliza enquanto sujeito para fazer aparecer seu objeto”. Ele deveria evitar a construção de hipóteses, procurando manter a neutralidade axiológica, ou seja, não julgando nem problematizando o real.

Os fatos existiriam em si mesmos, como objetos palpáveis, podendo aparecer “tais como são”. Em outras palavras, acreditavam que se mantivessem uma atitude de distanciamento de seu objeto, poderiam obter “um conhecimento histórico objetivo, um reflexo fiel dos fatos do passado, puro de toda distorção subjetiva”. Para os historiadores metódicos, os fatos narráveis eram, sobretudo, os eventos políticos, administrativos, diplomáticos, religiosos, tidos como o centro do processo histórico, “dos quais todas as outras atividades eram derivadas em seu caráter factual: eventos únicos e irrepetíveis”. Procuravam uma história do passado, dos eventos políticos passados, pela “curiosidade de saber detalhadamente como se passaram” (REIS, 2004, p. 18).

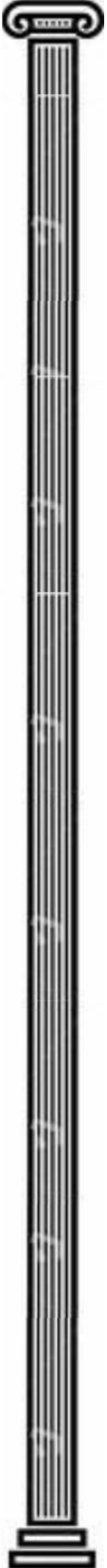
Depois da Alemanha, a França foi o segundo país em que a história erudita teve maior importância. De uma maneira geral, os historiadores franceses seguiram os mesmos princípios defendidos por Ranke, ressaltando certas particularidades do pensamento francês.

Na França, a história científica possui dois exemplos representativos: a *Révue Historique* e os manuais de metodologia, particularmente aquele de Langlois e Seignobos do qual tratamos anteriormente.

Em torno dessa revista reuniu-se mais de uma geração de historiadores que cultivaram a concepção e método da história científica sintetizada no livro de Langlois e Seignobos. Nessa tradição, de acordo com Carbonell, os traços principais da historiografia universitária produzida na França entre o final do século XIX e o início do XX eram os seguintes: publicação de textos em que o discurso do historiador se limita a poucas páginas, com uma introdução e muitas notas remetendo aos documentos; confecção de monografias que esgotassem todos os documentos existentes sobre um determinado assunto; limitação das áreas de interesse à história institucional, política, diplomática e militar (COULANGES *apud* CARBONELL, 1981, p. 108).

Não caberia nesse trabalho uma discussão acerca da diferenciação dos casos alemão e francês, uma vez que o objetivo aqui é traçar as características principais da escola metódica. Para o aprofundamento das discussões, pode ser consultado o livro de José Carlos Reis no qual nos apoiamos.

Não vamos retomar aqui a discussão sobre o método de Langlois e Seignobos, uma vez que já o fizemos. O importante a salientar, nesse momento, é que tal método deve ser visto como síntese do pensamento e da prática dessa história científica.



Um exemplo revelador da prática dos historiadores metódicos pode ser visto no livro de Fustel de Coulanges, *Monarquia Franca*. No primeiro capítulo, ele indica como o historiador deve fazer o seu trabalho:

Quando queremos conhecer uma sociedade antiga, devemos começar por levantar esta questão: temos meios para a conhecer? A história é uma ciência; ela não imagina, somente vê: e para que possa ver com justeza, carece de determinados documentos... É preciso portanto interrogarmo-nos se a Gália dos séculos VI e VII nos deixou testemunhos suficientes do que foi para que possamos fazer dela uma idéia exacta (*Ibidem*, p. 105).

No que se refere às fontes, para que fosse possível tal conhecimento científico, continua o autor:

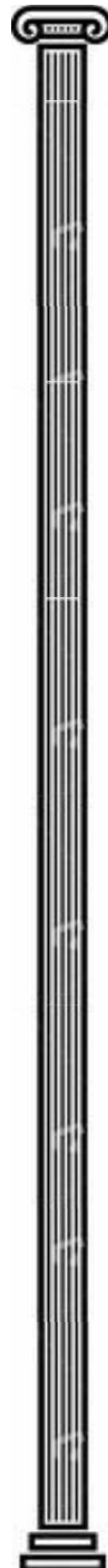
Leis, cartas, fórmulas, crônicas e histórias, é preciso ter lido todas estas categorias de documentos sem ter omitido uma só... É preciso ter estudado tudo com igual atenção; é que o historiador deve estar em condições de dizer, com toda a segurança, não só as coisas que se encontram nos textos, mas também aquelas que lá não estão; e é sobretudo esta segunda obrigação que o força a ter estudado tudo. Encontraremos várias opiniões modernas que não se baseiam nos documentos; deveremos estar em condições de afirmar que elas não estão conformes com nenhum texto, e por esta razão não nos julgaremos no direito de aderir a elas (*Ibidem*, p. 106).

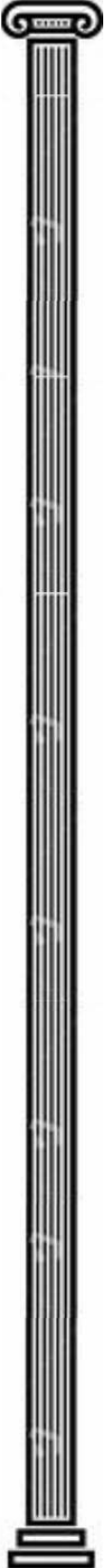
Em seguida, ao discutir o problema das idéias preconcebidas, propõe o método de uma história científica contra o método subjetivo:

Misturar as ideias pessoais no estudo dos textos, é o método subjectivo. Julgamos contemplar um objecto, e é a nossa própria ideia que contemplamos. Julgamos observar um

facto, e esse facto toma imediatamente a cor e o sentido que o espírito quer que ele tenha... Pensam alguns que útil e bom para o historiador ter preferências, “ideias mestras”, concepções superiores. Isso, dizem, confere à obra mais vida e encanto; é o sal que corrige a insipidez dos factos. Pensar assim é um erro grave acerca da natureza da história. A história não é uma arte, é ciência pura. Não consiste em relatar pormenorizadamente nem em dissertar com profundidade. Consiste, como todas as ciências, em constatar os factos, analisá-los, aproximá-los, assinalar-lhes as ligações. Pode acontecer, sem dúvida, que uma certa filosofia se desprenda desta história científica, mas é necessário que ela se desprenda naturalmente, por si mesma, quase à revelia da vontade do historiador... A única aptidão do historiador consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não acrescentar nada que eles não contenham. O melhor dos historiadores é aquele que menos se afasta dos textos e os interpreta com maior justeza, aquele que não escreve nem sequer pensa senão em conformidade com eles (*Ibidem*, p. 107).

Para José Carlos Reis, apoiando-se em reflexões de Carbonell, é necessário considerar que os historiadores franceses do início do século XX não devem ser tomados como positivistas no sentido comtiano do conceito. Eles poderiam, isso sim, ser chamados de “positivos”, na medida em que se apoiavam em fatos, experiências, em noções *a posteriori*; temiam a não-objetividade, buscavam o concreto para fugir da especulação. Haveria, por outro lado, convergências com o positivismo de Comte como o combate ao providencialismo, à metafísica e à Filosofia da História. Essa história “positiva” poderia ser definida a partir de três elementos que lhe constituem:





(a) o seu “modelo de conhecimento objetivo”, as ciências naturais. Querendo reduzir a distância que a separa das ciências naturais, a história realiza apenas metade do caminho: nas ciências naturais, o observador tem um conhecimento direto de seu objeto, enquanto o historiador só tem os vestígios do seu. A operação da crítica histórica consistia em fazer passar do vestígio ao fato em si; portanto, em criar as condições de uma relação direta entre o historiador e os eventos. Assim, o historiador conseguia, ou assim acreditava, resgatar, pelo método crítico, as condições iniciais do trabalho das ciências naturais – e parava aí, quando o conhecimento “positivo” nas ciências naturais começa a partir daí, da relação direta entre observador e objeto;

(b) o seu “ideal de conhecimento verdadeiro”: o da objetividade “absoluta”, conquistada pela imparcialidade, pela ausência de paixões ou de quaisquer *a priori* e pela extração do fato “em si”, contido no real; o historiador não constrói o seu fato, ele o encontra já nos documentos;

(c) a sua “herança”: a crítica textual e a sua exigência de rigor, de dúvida, de certeza, de verdade. Esses três elementos, para Chartier e Revel, teriam como resultado um conhecimento considerado “positivo”: uma imagem a mais próxima possível daquela que teria dado a observação direta do fato passado (REIS, 2004, p. 28).

No que diz respeito às duas primeiras intenções dos historiadores, a rejeição da Filosofia da História e a busca da objetividade, essa historiografia metódica revelou-se parcialmente bem sucedida: “seu ‘espírito positivo’ só pôde prevenir o historiador dos perigos dos *a priori* e subjetivismos, e seu método crítico, embora eficiente tecnicamente, era usado para legitimar os pontos de vista, não explicitados, do historiador”. Em relação à terceira declaração, a da aceitação dos eventos e das diferenças, aparentemente essa historiografia deixou para trás “todas as formas de evasão da história e assumiu o evento, em sua singularidade e irrepetibilidade”. Entretanto, tal pretensão pode ser vista ela mesma como uma forma de fuga da história através do esforço da objetividade científica (*Ibidem*, p. 29-30).

Para finalizar essa parte da exposição sobre a história metódica, vale à pena retomarmos uma analogia feita por José Carlos Reis entre os objetivos dessa escola histórica e os museus.

No museu, os objetos considerados de valor histórico são resgatados, recuperados e expostos à visitação pública e apresentam uma ficha em que se pode verificar seus dados. O observador, então, mantém uma relação com este objeto-coisa. Da mesma forma procederiam os historiadores “positivistas” que, através dos documentos, acreditavam estarem reconstituindo o passado “tal como se passou”. Dessa forma,

Ao historiador não competiria o trabalho da problematização, da construção de hipóteses, da reabertura do passado e da releitura de seus fatos. Ele reconstituiria o passado minuciosamente, por uma descrição definitiva. Tratados dessa maneira, os fatos históricos se tornariam verdadeiros seres, substâncias, objetos que se pode admirar do exterior, copiar, contemplar, imitar, mas jamais desmontar, remontar, alterar, reinterpretar, rever, problematizar, reabrir. Uma vez “estabelecidos” os fatos passados, a não ser que aparecessem novos documentos que alterassem sua descrição, tornando-a mais “verdadeira”, eles seriam uma “coisa que fala por si”. Claro que esse projeto é impraticável plenamente, e sustentar que há obras históricas que o realizaram é “caricaturar” a produção histórica “positivista”. Entretanto, tal projeto foi uma “orientação” da pesquisa histórica que, se não o realizou inteiramente, pois impossível, se deixou conduzir por seus princípios e objetivos (*Ibidem*, p. 29).

É necessário lembrar que José Carlos Reis não desconsidera a complexidade do conceito de museu, mas não aprofunda tal discussão por não estar entre os seus objetivos no livro que ora utilizamos.

CAPÍTULO VI

A Escola dos Annales

A escola metódica foi responsável pela constituição, entre o final do século XIX e início do XX, do sentido moderno da disciplina histórica através de um corpo de regras e preceitos metodológicos, conforme discutimos no capítulo anterior. Tal modelo vigorou, com poucos questionamentos sistemáticos, até a década de 1920, quando, com o surgimento da chamada Escola dos Annales,

se desenvolveu uma nova forma de pensar e conceber a história. É certo que antes do surgimento dessa escola histórica, vários historiadores já questionavam, quer na prática historiográfica, quer nas discussões teóricas, os limites da escola metódica (ARÓSTEGUI, 2006, p. 134-138). Porém, uma articulação entre vários historiadores em torno de um projeto historiográfico comum, diferente do que até então vigia, somente começaria a partir de 1929.

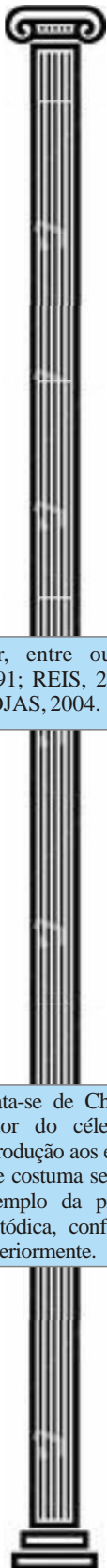
A Escola dos Annales está diretamente relacionada à criação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*,

em Estrasburgo, pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre. Ainda que, normalmente, ao se referir aos Annales se fale igualmente da rede de colaboradores e simpatizantes que se formou em torno da revista e se transformou em uma instituição universitária, a VI Seção da Escola de Altos Estudos. A designação diz respeito ainda, evidentemente, à concepção de ciência histórica, de suas exigências metodológicas, de seus objetivos e de suas relações com as ciências sociais.

A tradução literal da palavra francesa “Annales” é anais. No entanto, as publicações no Brasil não costumam traduzi-la ao se referir ao movimento. Manteremos em nosso trabalho a palavra sem tradução.

A tradução é Anais de história econômica e social.

Ver, a respeito dessa tripla dimensão da definição do termo Annales, o verbete “Anais (Escola dos Anais)”. In: BURGUIÈRE, 1993, p. 49-50.



Como todo movimento intelectual coletivo, a Escola dos Annales foi constituída por historiadores de origens e formações diversas. Havia, em seu interior, muitas diferenças entre seus membros, levando alguns pesquisadores a questionar se é possível falar, de fato, em um “movimento”. Além disso, o período de duração do movimento costuma ser apontado entre o final dos anos 1920 até, pelo menos, o final da década de 1970, durante o qual se sucederam três gerações de historiadores. Em cada uma dessas gerações, novos problemas foram colocados e discutidos pelos historiadores que delas fizeram parte.

Não é nosso objetivo traçar um histórico minucioso desse movimento, pois, para isso, o leitor pode facilmente recorrer a livros publicados no Brasil nos últimos

Ver, entre outros, BURKE, 1991; REIS, 2000; AGUIRRE ROJAS, 2004.

anos. Nessa introdução aos estudos da disciplina histórica, o mais importante é ressaltar as características gerais do grupo no que diz respeito à construção do conhecimento histórico, destacando as contribuições e o significado dessa escola no panorama historiográfico.

Um primeiro ponto a ser lembrado é que a marca inicial da Escola dos Annales é a crítica à historiografia tradicional, feita pela geração anterior a dos autores dos Annales e exemplificada pela tradição fundada por Leopoldo Von Ranke. O comentário de Lucien Febvre acerca do livro de Charles Seignobos a respeito da história da Rússia, considerado um dos representantes dessa história tradicional, atesta o tom das críticas que seriam feitas à escola metódica:

Trata-se de Charles Seignobos, autor do célebre manual de introdução aos estudos históricos que costuma ser apontado como exemplo da prática da escola metódica, conforme discutimos anteriormente.

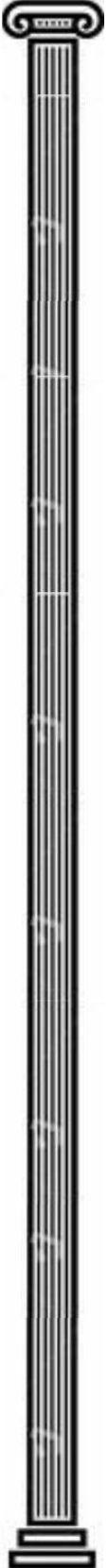
Uma vez mais, Charles Seignobos fez uma solene celebração em honra da história-quadro que é a história-manual. Eis um homem que os anos não conseguiram abalar. [O programa do livro descreve isto em seu prefácio:] “Apresentar distintamente e em ordem seqüencial os grupos de fatos de diferente

natureza, política, social, econômica, intelectual”. É o que eu continuo denominando de sistema de cômoda, a boa velha cômoda de mogno, distintiva dos pequenos lares burgueses. Tão bem arrumada, em ordem tão perfeita. Gaveta de cima: a política (interior à direita, exterior à esquerda – nada de confusão!); depois outra gaveta: no canto da direita, o “movimento da população”, no canto da esquerda, “a organização social”. (Por quem? Imagino que seja pelo poder político, que domina do alto da gaveta de cima, rege e governa tudo, como convém). É uma maneira de enxergar as coisas, assim como o é colocar a “economia” depois da “sociedade”; mas isso não é novidade. [...]. Abro a *Histoire de Russie*: czares anódinos, do tipo *Ubu Rei*;

tragédias palacianas, ministros que se entregam à prática do peculato, burocratas loquazes; decisões arbitrárias incontáveis. **Mas a vida forte, original, profunda desse país, a vida da floresta, e da estepe, o fluxo e o refluxo dos movimentos populacionais, a grande maré com seu ritmo irregular que por cima dos Urais estendendo-se até o extremo oriente siberiano; [...] sobre tudo isso, que se mostra diante de mim sob a forma de pontos de interrogação, sobre tudo isso que para mim é a história mesma da Rússia: quase nada nessas 1400 páginas [...]. A história é aquilo que eu não encontro na *Histoire de Russie*, e que por isso já nasce morta (FEBVRE *apud* CAIRE-JABINET, 2003, p. 119-120, grifo nosso).**

“*Ubu Rei*: peça teatral de Alfred Jarry que põe em cena um tirano louco e absurdo; Ubu tornou-se uma referência literária clássica na França para designar os tiranos ou ditadores, bem como o absurdo e a loucura de seu poder”. Nota de tradução do livro: CAIRE-JABINET, 2003, p. 119.

O comentário de Febvre a respeito do livro de Seignobos não deixa dúvida de que a nova escola histórica pretendia ser essencialmente diferente da escola metódica. Nesse caminho, de acordo com Peter Burke, uma das formas de tratarmos das características da Escola dos Annales, e de seus desdobramentos até a chamada história nova, é justamente a partir da demonstração de suas diferenças fundamentais em relação à escola metódica, as quais podem ser resumidas em seis pontos principais.



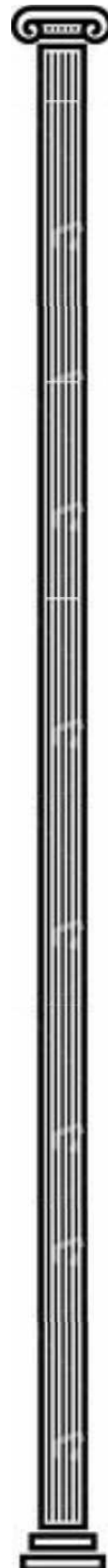
Em primeiro lugar, no paradigma tradicional, a história era essencialmente voltada para a política e para o Estado. Não incluía, mesmo nesse campo, a igreja enquanto instituição, ou as guerras entendidas a partir das formulações de Karl Von Clausewitz (“a continuação da política por outros meios”). Mesmo que certos temas, como a história da arte ou a história da ciência, não fossem formalmente excluídos, eram marginalizados por serem considerados periféricos para os verdadeiros historiadores. Já a nova história, por outro lado, demonstra interesse por toda a atividade humana. Nessa perspectiva, tudo tem uma história, o que levaria os historiadores dos Annales aspirarem fazer uma “história total”. Na primeira metade do século XX se desenvolveu a história das idéias; na segunda metade, expandiu-se o interesse da história para temas antes impensáveis, tais como a infância, a morte, a loucura, o clima, o corpo, a feminilidade, a leitura, entre outros. O crescimento e expansão dos domínios da história no século XX foram tais que abriram a discussão que colocava em xeque, a partir do relativismo que tomou conta da disciplina, o que é central e o que é periférico na história (BURKE, 1992, p. 11).

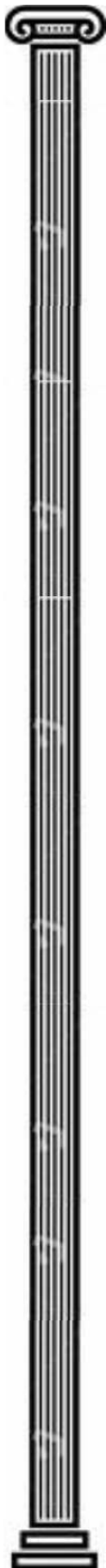
Em segundo lugar, os historiadores tradicionais pensavam a história como uma narrativa de acontecimentos, de fatos históricos. A história nova, ao contrário, preocupa-se muito mais com a análise das estruturas sociais. Em uma das obras mais importantes da Escola dos Annales, *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, Fernand Braudel rejeitava completamente a história dos eventos, considerando que esses não eram mais que espumas no mar da história. Para Braudel, o historiador deveria se preocupar antes com as mudanças econômicas e sociais de longo prazo e com as modificações geo-históricas de longuíssimo prazo. Não podemos esquecer, porém, que mais recentemente os acontecimentos, assim como a história política, voltaram a ganhar espaço entre os historiadores (*Ibidem*, p. 12).

Em terceiro lugar, a história tradicional tinha uma visão “de cima” da sociedade, centrada no que considerava os grandes feitos e grandes homens, como estadistas, generais e, em menor medida, eclesiásticos. O restante da humanidade fora relegado a um papel absolutamente secundário, não atraindo o interesse dos historiadores. Os novos pesquisadores, por sua vez, estão mais interessados em uma história “vista de baixo”; ou seja, com a vida e opinião das pessoas comuns. Nesse caminho, ganham destaque os trabalhos sobre a cultura popular, a mentalidade coletiva, a história dos discursos (*Ibidem*, p. 12).

Em quarto lugar, de acordo com o paradigma tradicional, a história deveria ser baseada em documentos, entendidos principalmente como textos escritos e oficiais. Enfatizavam os historiadores metódicos que era necessário se basear, preferencialmente, em registros oficiais, do governo. Essa percepção, por outro lado, levou à negligência de outras formas de evidências históricas. Os novos historiadores, por sua vez, buscam muito mais variedades de documentos, uma vez que se ampliaram também as suas áreas de interesse analítico. Por exemplo, trabalha-se com fontes orais, visuais, arqueológicas, naturais, entre outras (*Ibidem*, p. 14).

Uma quinta diferença fundamental entre os dois paradigmas históricos de que estamos tratando diz respeito às perguntas utilizadas pelo historiador em suas pesquisas, no sentido de uma ampliação das questões para se entender a complexidade das relações sociais. Enfim, uma última questão que separa significativamente a história tradicional da nova história diz respeito à problemática da objetividade da história. Para a escola metódica, em sua crítica à Filosofia da História, não havia dúvida: a história era objetiva. Os novos historiadores, de maneira geral, acreditam que só podemos ver o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos que





variam de uma cultura para outra. Nesse sentido, tais diferenças culturais, bem como as diferenças de cor, credo, classe ou sexo, impedem que haja uma plena objetividade no trabalho do historiador (*Ibidem*, p. 14-15).

Além dos aspectos acima apontados, vale lembrar ainda uma característica marcante da Escola dos Annales que foi a sua relação com as ciências sociais. A proposta de uma historiografia que fosse aberta a todos os conhecimentos é, sem dúvida, uma das marcas mais duradouras do legado dos Annales, como se pode observar na íntima aproximação da História e da Antropologia nos últimos anos. No início dos Annales, por sua vez, tal relação com as ciências sociais pode ser percebida a partir da composição do conselho da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, do qual faziam parte o geógrafo Albert Demangeon; o arquivista G. Espinas; o sociólogo Maurice Halbwachs; o economista Charles Rist e, evidentemente, historiadores como Henri Hauser, André Piganiol, André Siegfried e o belga Henri Pirenne.

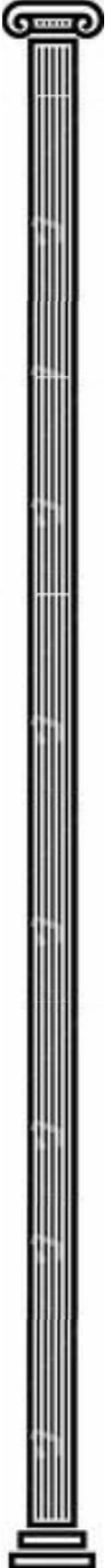
De uma maneira mais aprofundada, em relação ao significado da Escola dos Annales, o historiador brasileiro José Carlos Reis acredita que ela produziu uma “descontinuidade” substancial na historiografia, na medida em que apresentou “outra concepção do tempo histórico, outra noção de duração e de conhecimento da duração”. Nesse sentido, para Reis, quando se discute paradigmas em história, a questão central é exatamente a da concepção de tempo histórico. Se este se modifica, muda-se todo o olhar do historiador. Em termos programáticos, para o autor, a proposta dos fundadores dos Annales consistia na interdisciplinaridade; na mudança dos objetos da pesquisa, que passam a ser as estruturas econômicas, sociais e mentais; a mudança no conceito de fonte histórica “e, sobretudo, embasando todas as propostas anteriores, a mudança do conceito de tempo histórico, que agora consiste, fundamentalmente, na superação estrutural do evento” (REIS, 2004, p. 75-76).

A convicção de que os Annales constituíram, no nível da teoria, uma nova concepção de história não é unânime entre os estudiosos. Para Julio Aróstegui, por exemplo, é certo que o movimento francês trouxe contribuições valiosas no que diz respeito à metodologia da historiografia, mas escassas no que se refere à teoria, tanto constitutiva como disciplinar: “o ecletismo generalizado, o amálgama de influências várias que se reúnem nas proposições mais gerais da escola, encontram-se na base dessa debilidade”. Um exemplo dessa falta de aprofundamento teórico, ainda na visão de Aróstegui, está na publicação da coleção *Faire de l'Histoire*. Em seus três volumes sobre novos problemas, novos objetos e novas abordagens, era na questão dos “problemas” que estava a maior proximidade com a problemática teórica. Ainda assim, no referido volume, não se chegou a aprofundar a questão. E, no mesmo caminho, alguns dos “aportes-chaves” sobre a teoria foram feitos por historiadores que não pertenciam exatamente ao grupo dos Annales (ARÓSTEGUI, 2006, p. 147).

Mais um tema que não recebeu uma atenção importante do movimento foi a problemática da cientificidade da história. Estava claro que não se tratava de uma ciência como acreditavam os positivistas, mas os fundadores dos Annales não se dedicaram a definir as suas noções a respeito dessa cientificidade. Febvre falava em “estudo cientificamente elaborado”, e Bloch em “ciência dos homens no tempo”, mas sem maiores esclarecimentos. Nesse caminho,

Uma vez que não estava clara a natureza da ciência nem houve uma explícita reflexão sobre o assunto, não se falou nunca em teoria. Se essa objeção pode não corresponder estritamente à realidade – já vimos antes os parágrafos de Febvre –, é verdade que não existe uma teorização suficiente da natureza do que é





histórico nem do objetivo teórico da historiografia. Os fundadores da escola falaram, sobretudo, de métodos, de instrumentos de análise. É como se a concreção vaga do objetivo dessa nova história não chegasse a se materializar muito além do homem (*Ibidem*, p. 149).

Se houve, de fato, uma falta de aprofundamento nas questões teóricas por parte da Escola dos Annales, isso não impediu que o movimento se tornasse o mais influente entre os historiadores desde o século XX. Não é sem razão que os estudiosos se referem a tal movimento como uma *revolução*, uma vez que seu legado se faz sentir ainda em nossos dias. Ao lado dos Annales, outra corrente particularmente importante entre os historiadores foi o marxismo. Adiante veremos as principais características dessa corrente, bem como seus pontos mais importantes de contato e distanciamento em relação ao paradigma historiográfico dos Annales.



A historiografia marxista

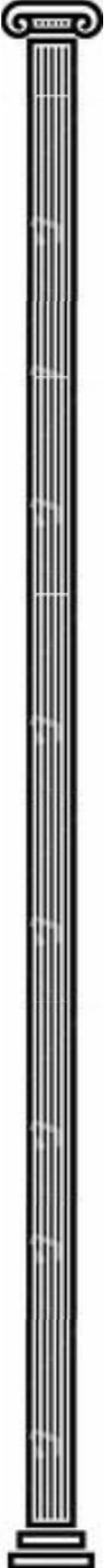
Surgido na segunda metade do século XIX, o marxismo tornou-se no século seguinte uma influência importante entre os historiadores, constituindo-se em uma das principais correntes historiográficas do Ocidente. Ele pode ser inicialmente definido como

“um sistema racionalista de interpretação da realidade, por meio de uma análise histórica, originado no século XIX, a partir dos trabalhos de Karl Marx e Friedrich Engels, e de imensa repercussão teórica e política no século seguinte” (SILVA.; SILVA, 2006, p. 267).

É importante, porém, ressaltar que Marx nunca foi propriamente historiador, tendo abordado em seus livros principalmente a Economia Política. Em sua obra, porém, a história desempenhava um papel importante na construção de sua pesquisa e reflexão.

O fato de Marx não ter sido historiador e sim utilizado a história como mais uma ferramenta em sua reflexão, fez com que interpretações variadas de sua obra fossem feitas por militantes políticos e historiadores em todo o mundo. Portanto, ao falar de influência do marxismo na historiografia estamos nos referindo às diversas interpretações, quase sempre contraditórias entre si, que foram feitas de sua obra no decorrer do século passado.

Na impossibilidade de analisar a imensa obra de Karl Marx em busca das referências de sua teoria da história, o *materialismo histórico*, podemos destacar pelo menos dois textos que são normalmente apontados como centrais para a compreensão dessa teoria. Em sua introdução à *Crítica da Economia Política*, afirmava e:



Na produção social da sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau de desenvolvimento determinado das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas de consciência social determinadas. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral[...] Em determinado estágio do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não passa da sua expressão jurídica, com as relações de propriedade em cujo seio elas tinham existido até então... Inicia-se então uma época de revolução social. A modificação na base econômica subverte mais ou menos rapidamente toda a enorme superestrutura... Uma formação social não desaparece nunca antes de se terem desenvolvido todas as forças produtivas que ela tem capacidade para conter[...] (MARX apud CARBONELL, 1981, p. 113).

Em outro trabalho, o *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels definiriam o esquema de evolução da história tendo como centro a luta de classes:

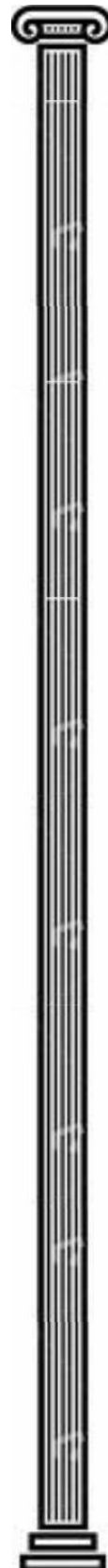
A história de toda a sociedade até aos nossos dias é a história da luta de classes. [...]. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre e companheiro – numa palavra, opressores e oprimidos em perpétua oposição, têm travado uma luta ininterrupta (*Ibidem*, p. 113).

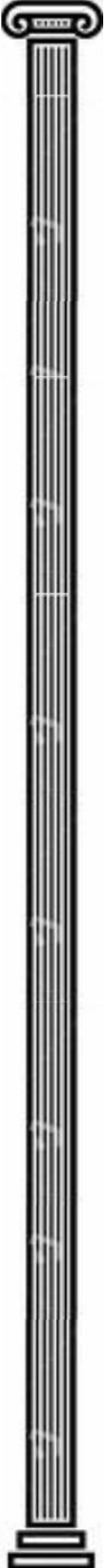
A partir da interpretação dessas e de outras formulações de Marx, foi se constituindo, no decorrer do século XX, uma historiografia marxista. De acordo com Eric Hobsbawm, a influência mais importante do marxismo no campo da história está na possibilidade de se compreender,

através de uma análise estrutural, como as sociedades se alteram, desvendando os mecanismos da transformação social. Nessa explicação, destaca-se em sua teoria a idéia da existência de uma “base e superestrutura” e a existência no interior de toda a sociedade de contradições que “contrabalançam a tendência do sistema a se manter com um interesse vigente” (HOBSBAWM, 1998, p. 161-162).

Ainda segundo Hobsbawm, mesmo considerando a contribuição do marxismo acima apresentada, essa teoria foi absorvida pelos historiadores muito mais em forma de um “marxismo vulgar”, ou seja, de forma simplificada, reduzida e equivocada. Não concordamos inteiramente com a interpretação de Hobsbawm, que considera a existência de uma “verdadeira” interpretação da obra de Marx, o que dificilmente poderia ser demonstrado diante da variedade de interpretações que existiram no século passado. De qualquer modo, é útil nesse momento que vejamos quais elementos compõem esse “marxismo vulgar” o qual, afinal, foi o que vigorou mais fortemente entre os historiadores:

1. A “interpretação econômica da história”, ou seja, a crença de que “o fator econômico é o fator fundamental do qual dependem os demais” [...]; e, mais especificamente, do qual dependiam fenômenos até então não considerados com muita relação com questões econômicas. Nesse sentido essa interpretação se superpunha ao
2. Modelo da “base e superestrutura” (utilizado mais amplamente para explicar a história das idéias). Apesar das próprias advertências de Marx e Engels e das observações sofisticadas de alguns marxistas iniciais como Labriola, esse modelo era usualmente interpretado como uma simples relação de dominância e dependência entre a “base econômica” e a “superestrutura”, na maioria das vezes pelo





3. “Interesse de classe e luta de classes”. Tem-se a impressão de que diversos historiadores marxistas vulgares não liam muito além da primeira página do Manifesto Comunista, e da frase: “a história [escrita] de todas as sociedades até agora existentes é a história das lutas de classes”.

4. “Leis históricas e inevitabilidade histórica”. Acreditava-se, acertadamente, que Marx insistira sobre um desenvolvimento sistemático e necessário da sociedade humana na história, a partir do qual o contingente era em grande parte excluído, de qualquer maneira, ao nível de generalização sobre os movimentos de longo prazo. Daí a constante preocupação nos escritos históricos dos primeiros marxistas com problemas como o papel do indivíduo ou do acidente histórico. Por outro lado, isso podia ser – e em grande parte era – interpretado como uma regularidade rígida e imposta, como, por exemplo, na sucessão das formações socioeconômicas, ou mesmo como um determinismo mecânico que às vezes se aproximava da sugestão de que não havia alternativas na história.

5. Temas específicos de investigações históricas derivavam dos próprios interesses de Marx, por exemplo, na história do desenvolvimento capitalista e da industrialização, mas também, por vezes, de comentários mais ou menos casuais.

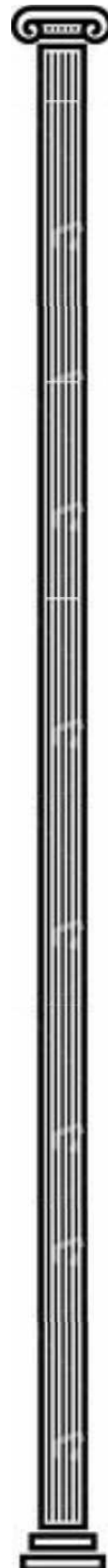
6. Temas específicos de investigação não derivavam tanto de Marx quanto do interesse dos movimentos associados a sua teoria, por exemplo, nas agitações das classes oprimidas (camponeses, operários), ou nas revoluções.

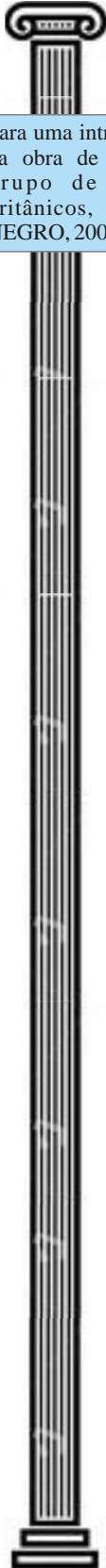
7. Várias observações sobre a natureza e limites da historiografia derivavam principalmente do elemento número 2 e serviam para explicar as motivações e métodos de historiadores que afirmavam não estarem fazendo mais que a busca imparcial da verdade e se orgulhavam de simplesmente estabelecer *wie es eigentlich gewesen* [como realmente aconteceu] (*Ibidem*, p. 159-160).

A historiografia marxista, evidentemente, não se reduz aos aspectos mencionados acima. No decorrer do século XX, ela esteve profundamente relacionada à política. Seria possível, nesse sentido, analisar as várias fases de seu desenvolvimento relacionando-os com a trajetória do socialismo soviético. Por exemplo, se de 1917 até meados dos anos 1950 imperou a ortodoxia dos historiadores em relação ao marxismo, a partir de 1956, após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, houve um relativo arejamento da teoria acompanhado de uma crise política dos partidos comunistas ao redor do mundo.

Não caberia em nossa discussão traçar, ainda que minimamente, a trajetória da historiografia e dos historiadores marxistas desde o século XX. Entretanto, vale ao menos chamar a atenção para uma geração de historiadores britânicos que começou sua produção por volta da década de 1940 e que foi responsável, em parte, pelo que há de mais interessante nessa vertente historiográfica e na crítica àqueles aspectos do marxismo vulgar. Faziam parte desse grupo nomes como os de Eric Hobsbawm, Christopher Hill, Edward P. Thompson, entre outros.

Nesse grupo, destacam-se, pela originalidade e permanência, os trabalhos de Thompson, o qual desenvolveu uma análise marxista não ortodoxa da história: essencialmente cultural, não-estrutural, “ocupando-se sobretudo das formas de representação e manifestação dos conteúdos de classe”. Em sua obra, destacou o processo de criação de uma cultura de classe através das lutas sociais. Para ele, “só há criação de uma classe na luta de classes e no processo em que se criam formas culturais específicas inclusive entre os membros das classes” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 160-161). Em sua análise, introduziu o conceito de experiência como chave para superar a contradição entre determinação social e agência humana.





Para uma introdução a respeito da obra de Thompson e do grupo de historiadores britânicos, ver: FORTES.; NEGRO, 2001.

Nesse sentido, a continuidade das lutas populares é vista como singular, nas quais se devem buscar as suas formas organizativas que são reelaboradas pela ————— experiência.

Seja em sua forma “vulgar”, a que mais influência teve entre os historiadores, seja em seus aspectos mais profundos, em termos de conhecimento histórico, há uma série de características do marxismo que merecem ser sintetizadas. Em primeiro lugar, assim como outras escolas históricas, o marxismo pretendeu recusar as filosofias da história e fundar uma “histórica científica”. De acordo com José Carlos Reis, apoiando-se nas reflexões do historiador Pierre Vilar, a teoria geral marxista apresentaria as seguintes hipóteses a serem submetidas à análise: primeiro, a produtividade é a condição necessária para a transformação histórica, se ela se move, tudo se transforma juntamente com ela; segundo, as classes, em seu processo produtivo, constituem a própria trama da história; terceiro, a correspondência “entre forças produtivas e relações de produção constitui o objeto principal da história-ciência, que a aborda com os conceitos de modo de produção e formação social” (REIS, 2004, p. 52). No estudo da história, essas hipóteses se desdobrariam em três aspectos marcantes na constituição do marxismo como “ciência da história”:

(a) enfatiza o papel das “contradições”, priorizando o estudo dos “conflitos sociais”. Hobsbawm considera que essa é a hipótese mais original de Marx, a contribuição específica de Marx à historiografia, pois as teorias históricas anteriores priorizavam a harmonia, a unidade, a continuidade, entre as diversas esferas sociais [...];

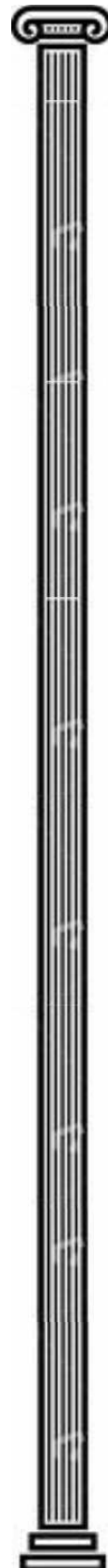
(b) o marxismo foi uma das primeiras teorias “estruturais” da sociedade. Ele é um estruturalismo genético, que afirma a contradição presente na estrutura, que a levará à transição a outra estrutura. Assim, abandonou a ênfase no evento e abriu o caminho da história

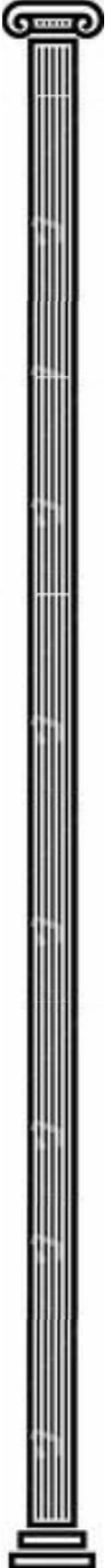
“científica”. O conhecimento da sociedade deixou de ser o conhecimento das atividades individuais e coletivas em si, declaradas explicitamente, organizadas em discursos universalizantes, legitimadores, expressas em eventos transitórios. A “verdade” de uma sociedade não está em seu “aparecer”, intencional e factual, mas na inserção do aparente, visível, explícito, em uma estrutura econômico-social que não é mais o Espírito, mas uma correspondência entre forças produtivas e relações de produção. Essa estrutura econômico-social, invisível e abstrata, mas real, é o objeto da história-ciência, que a apreende conceitualmente.

[...]

(c) mesmo sem o saber, mas podendo vir a sabê-lo, os homens “fazem a história” e não são suporte de qualquer sujeito metafísico. Pela práxis, pela intervenção, livre e condicionada na e pela estrutura econômico-social, os homens transformam o mundo e a si mesmos. Sua ação se dá no contexto de uma luta, sua intervenção é sempre um golpe numa luta, seja contra a classe adversária, seja contra a natureza. Entretanto, parece haver, nesse “contra” o outro social e natural, certa “astúcia” da lógica dessa luta, pois os ataques “contra” as posições particulares constroem a “com” – unidade universal. A emancipação da humanidade seria o resultado dessas lutas particulares, de classes contra classes, de homens contra a natureza. O “motor” do desenvolvimento histórico em direção à emancipação da humanidade não é o “espírito”, mas a energia natural-humana investida e despendida em um processo de luta interna [...] (*Ibidem*, p. 55-57).

Para concluirmos essa breve apresentação dos aspectos essenciais da concepção marxista da história, vale chamar a atenção para o fato de que ela apresenta, além dos elementos singulares comentados acima, pontos em comum com escolas anteriormente discutidas, em particular com a Escola dos Annales. A começar pelo fato de que





ambas se desenvolveram no mesmo período e com contatos e relações entre seus membros, redundando em inevitáveis aproximações. Além disso, de acordo com Ciro Flamarion Cardoso, poderíamos destacar os seguintes aspectos comuns: o reconhecimento da necessidade de uma síntese global para explicar as articulações entre os níveis da sociedade humana em sua estrutura e a especificidade de cada nível; a convicção de que a consciência que os homens de determinada época têm da sociedade não coincide com a realidade de tal época; o respeito pelas especificidades históricas de cada época e sociedade; a importância atribuída pelos membros dos Annales, ainda que não por todos, à base econômica, aproximando-se da noção marxista de determinação em última instância; a aceitação da inexistência de fronteiras entre as ciências sociais; a vinculação da pesquisa histórica com as questões do presente (CARDOSO, 1994, p. 43-44).

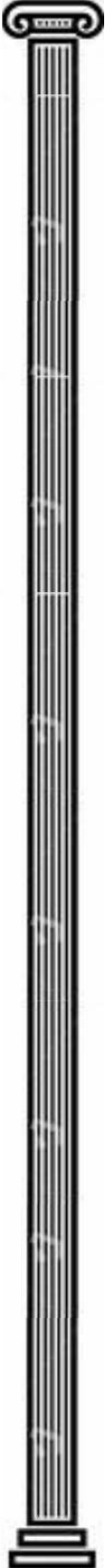
Evidentemente, a existência dos aspectos comuns entre o marxismo e a Escola dos Annales apontados acima não significa que não existam também diferenças entre as duas correntes. Basta lembrar que entre os historiadores da Escola do Annales não prevalecia uma teoria da mudança social e da luta de classes, como havia de forma marcante entre os marxistas (*Ibidem*, p. 44).



O pós-modernismo e a crise da história

Não há consenso sobre o período exato no qual se pode identificar o início das discussões acerca da existência de uma crise da história ou da historiografia. De qualquer forma, cronologia à parte, o importante é apontar as relações entre o impacto do chamado pós-modernismo e a crise historiográfica. Nesse caminho, vale salientar que um aspecto marcante desse processo é o questionamento crítico dos diversos modelos de explicações estruturalistas da sociedade que haviam vigorado fortemente desde o final do século XIX: marxismo, funcionalismo, estruturalismo e o paradigma da Escola dos Annales. Todas essas vertentes, com o advento do pós-modernismo, foram criticadas por apostarem no poder explicativo da teoria, “pela continuidade, em geral, dos grandes modos de operar da ciência natural e pela superioridade dos métodos empíricos” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 175).

O pós-modernismo, sistema de pensamento complexo que abrange variadas áreas do conhecimento, pode ser entendido como a crise da modernidade, ou seja, do projeto intelectual que valorizava o conhecimento científico, da história inclusive, como exemplo de uma evolução criativa e progressista da humanidade dentro de uma tradição que remonta ao Iluminismo. Assim, de acordo com a definição de Lyotard, a “condição pós-moderna” baseia-se: na negação de que o pensamento racionalista da modernidade possa conduzir ao progresso humano; na incredulidade frente às meta-narrativas; no abandono do discurso ideológico “e de todas as formas de representação



do mundo construídas pela *modernidade* europeia, pelo projeto global intelectual e cultural que nasce nos séculos 18 e 19” (LYOTARD *apud* ARÓSTEGUI, 2006, p. 180).

Entre as características principais do pós-modernismo, as quais afetaram diretamente a produção historiográfica, está o chamado *giro lingüístico*. Trata-se de uma concepção de linguagem como representação e compreensão do mundo. A língua seria o molde final “em todo conhecimento humano, que cria, inclusive, a realidade exterior, uma vez que esta não poderia ser captada senão pela linguagem”. Tal concepção traz conseqüências importantes para o entendimento do que seja a *fonte histórica* e, em conseqüência, a própria disciplina de história. Ou seja, a análise da linguagem levará à análise do discurso, e daí à da escrita da história “como uma forma particular de tal discurso estabelecendo uma problemática relação com o que sempre se considerou seu referente essencial, a fonte histórica” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 184).

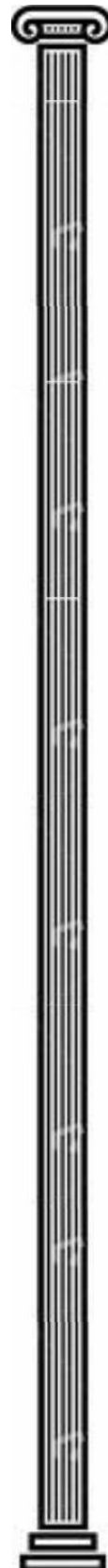
Ainda na perspectiva da compreensão histórica a partir das questões lingüísticas, há uma importante corrente que defende que a história não se diferenciaria substancialmente do relato literário e da ficção. Essa tese baseia-se, principalmente, na obra de Hayden White. Para o autor, a história não é diferente do relato ficcional pois ela é apenas mais um discurso sobre o passado, no qual seria inútil buscar critérios de verdade científica. Tal concepção se fundamenta ainda na noção de que o centro do trabalho do historiador, o documento como evidência, não significa nada diante da interpretação do historiador. Assim, para a filosofia da história pós-modernista

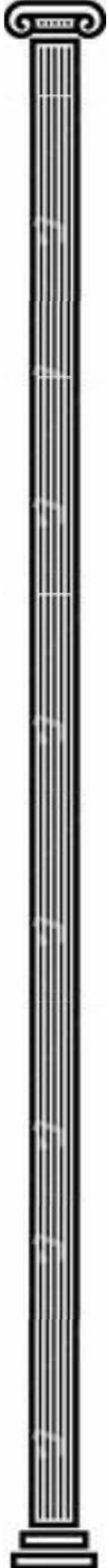
o historiador deve abandonar toda ingênua e perigosa ilusão de contribuir para um conhecimento “científico”; deve renunciar ao desejo de explicação e ao princípio da causalidade, à idéia da verdade independente e da

linguagem como correspondência com um certo mundo exterior; tudo isso são reminiscências de um *essencialismo* superado. O explicável na obra histórica é seu caráter estético, onde o estilo é o mais importante. Contar “uma boa história” e contá-la bem, num estilo literário, esta é a chave. A significação da historiografia como de toda exploração cultural é a *interpretação* e não a realidade objetiva, conceito que deixa de ter sentido (*Ibidem*, p. 187).

Um dos maiores representantes dessa tendência historiográfica é o historiador britânico Keith Jenkins. Talvez a apresentação de algumas de suas idéias expostas no livro *A História Repensada* possa ajudar a tornar mais claro o significado das questões teóricas do pós-modernismo expostas acima. Primeiro, vejamos como o autor apresenta a situação da história no que diz respeito ao seu estatuto científico:

[...] a história se compõe de epistemologia, metodologia e ideologia. A epistemologia mostra que nunca poderemos realmente conhecer o passado – que a discrepância entre o passado e a história (historiografia) é ontológica, ou seja, está de tal maneira presente na natureza das coisas que nenhum esforço epistemológico, não importando quão grande, conseguirá eliminá-la. Os historiadores elaboram modos de trabalhar para reduzir a influência do historiador interpretativo, desenvolvendo métodos rigorosos que eles tentam universalizar das mais variadas maneiras, mas sempre pretendendo que, se todos seguíssemos esses métodos, um alicerce de habilidades, conceitos, rotinas e procedimentos poderia permitir chegar à objetividade. No entanto, existem muitas metodologias; os supostos “alicerces conceituais” são de construção recente e parcial, e eu argumentei que as diferenças que vemos estão lá porque a história é basicamente um discurso em litígio, um campo de batalha





onde pessoas, classes e grupos elaboram autobiograficamente suas interpretações do passado para agradarem a si mesmos. Fora dessas pressões, não existe história definitiva. Todo consenso (temporário) só é alcançado quando as vozes dominantes conseguem silenciar outras, seja pelo exercício explícito de poder, seja pelo ato velado de inclusão e/ou anexação. Ao fim, a história é teoria, e a teoria é ideologia, e a ideologia é pura e simplesmente interesse material [...] (JENKINS, 2004, p. 42-43).

Concebida dessa forma, a partir da impossibilidade epistemológica, ideológica e prática de conhecer o passado, a história é definida por Keith Jenkins como

um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado, que é produzido por um grupo de trabalhadores cuja cabeça está no presente (e que, em nossa cultura, são na imensa maioria trabalhadores assalariados), que tocam seu ofício de maneiras reconhecíveis uns para os outros (maneiras que estão posicionadas em termos epistemológicos, metodológicos, ideológicos e práticos) e cujos produtos, uma vez colocados em circulação, vêem-se sujeitos a uma série de usos e abusos que são teoricamente infinitos, mas que na realidade correspondem a uma gama de bases de poder que existem naquele determinado momento e que estruturam e distribuem ao longo de um espectro do tipo dominantes/marginais os significados das histórias produzidas (*Ibidem*, p. 52).

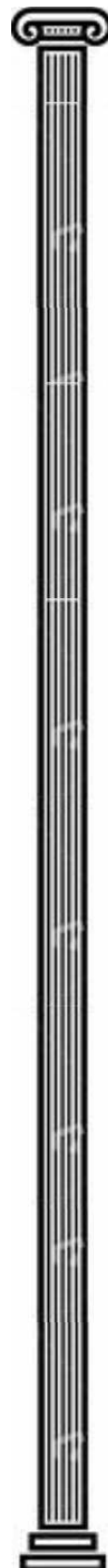
As conseqüências dessas idéias sobre a historiografia foram imensas e, até o momento, continuam sendo debatidas pelos historiadores em todo o mundo. Particularmente inquietante para a disciplina histórica é o questionamento da possibilidade de um conhecimento histórico objetivo, ou seja, de que é possível, a partir da análise dos vestígios do passado, os documentos, construir

uma narrativa cujas bases estejam ancoradas no real. O que significa afirmar que o discurso produzido pelo historiador é essencialmente diferente do discurso ficcional.

É importante salientar que o questionamento da objetividade histórica é o questionamento da própria base da disciplina conforme foi construído a partir da Antigüidade, mais particularmente desde o século XIX. Conforme pudemos acompanhar no decorrer desse livro, em que pesem as diferenças entre as várias escolas históricas que existiram no período, como a escola metódica, os Annales e o marxismo, todas elas reconheciam haver uma objetividade no discurso histórico. Ao se questionar essa objetividade, foi colocada em xeque a historiografia em todas as suas vertentes.

As conseqüências mais evidentes dos problemas colocados pelo pós-modernismo para a disciplina apareceram a partir do final dos anos 1980, quando, por exemplo, a revista dos Annales publicou dois importantes editoriais discutindo a problemática da crise da história. Do mesmo modo, a *The American Historical Review* trouxe a público um importante debate sobre o que seria a “velha e a nova história” diante dos impasses da disciplina.

É difícil fazer um prognóstico a respeito do caminho que os historiadores seguirão diante do avanço das noções anticientíficas, desconstrucionistas, relativistas e ficcionais da história. De acordo com Julio Aróstegui, uma das respostas da historiografia tem sido a busca de novas concepções e campos de estudos. Nesse sentido, a exploração da problemática cultural, do mundo simbólico, da linguagem e da representação mental são exemplos das novas abordagens que aparecem, sobretudo, na produção da micro-história, da história sócio-cultural e da história sócio-estrutural.

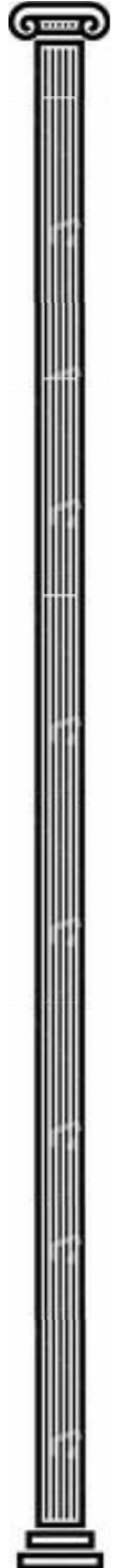


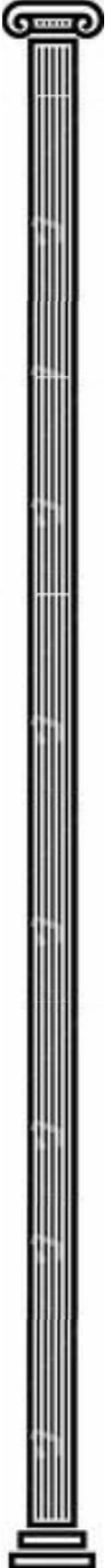
CONCLUSÕES

Ao chegarmos ao final desse trabalho esperamos que o leitor possa ter percebido algumas idéias básicas que fazem parte da disciplina histórica. Em primeiro lugar, que a definição do que é História é algo muito mais complexo do que normalmente imaginamos ao ingressar na universidade. Para enfrentarmos tal questão, e evitar meras definições fixadas em dicionários, optamos por iniciar nosso trabalho demonstrando como funciona o ofício do historiador no que ele tem de essencial: o trabalho com as fontes. Nesse momento, o objetivo era esclarecer que a História é feita, basicamente, pela interpretação que o historiador faz de variadas fontes históricas.

Entendido que o funcionamento do trabalho do historiador se dá a partir da análise dos vestígios do passado, as fontes históricas, pudemos demonstrar como a própria forma por meio da qual o historiador lida com essas fontes na construção da história se modificou com o passar do tempo. Em outras palavras, através de um panorama da historiografia ocidental desde a Antigüidade, verificamos que o significado, a forma e a prática dos estudos históricos se modificaram e que, portanto, a própria disciplina histórica variou com o passar do tempo.

O passo seguinte em nosso trabalho foi verificar o método através do qual é feita a análise das fontes documentais pelo historiador. Vimos que tal método foi construído, pelo menos, desde o século XVII. Apesar disso, ganha destaque no processo de construção de uma metodologia de trabalho o século XIX, quando se consolida o chamado método erudito de análise documental. Usamos como exemplo o método proposto por Langlois e Seignobos por ser o mais difundido e também por sintetizar muitas das concepções da escola metódica, chamada também de positivista.





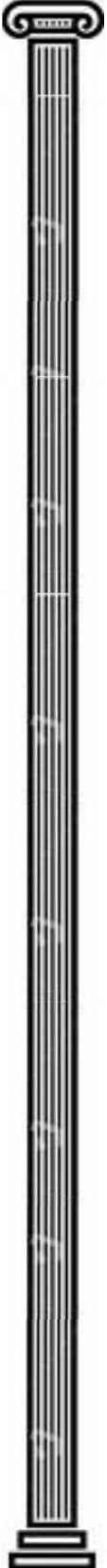
Em seguida, mostramos o desenvolvimento da disciplina histórica no século XX. Para isso, discutimos os aspectos principais das duas tendências mais importantes no período que foram a chamada Escola dos Annales e o marxismo. Pudemos observar que ambas as escolas criticavam o positivismo e buscavam construir um conhecimento histórico objetivo partindo de análises estruturalistas. Tal concepção histórica estruturalista e científica é hoje bastante questionada por correntes influenciadas pelo pós-modernismo, conforme discutimos na parte final do livro.

Para finalizar nosso trabalho, gostaríamos de mais uma vez enfatizar o que afirmamos em sua introdução. O objetivo desse texto não é, de forma alguma, substituir a leitura dos livros e autores que debatem, aprofundadamente, as questões a respeito das quais apresentamos aqui um breve panorama. Esperamos que, após esse primeiro contato com a disciplina histórica, o aluno sinta-se estimulado a fazer as leituras de aprofundamento que estão indicadas no final do livro.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE ROJAS, C. A. *Uma história dos Annales*. Maringá: Eduem, 2004.
- ARÓSTEGUI, J. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BURGUIÈRE, A. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CAIRE-JABINET, M-P. *Introdução à historiografia*. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- CARBONELL, C.-O. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1981.
- CARDOSO, C. F. Panorama da historiografia ocidental (até aproximadamente 1930). In: CARDOSO, C. F. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru: Edusc, 2005, p. 115-148.
- _____. *Uma introdução à história*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CARR, E. H. *Que é história?* 3. ed. Rio de Janeiro: Paze e Terra, 1982.
- CHARTIER, R. *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2002.
- DICIONÁRIO Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001
- DOSSE, F. *A história em migalhas. Dos Annales à Nova História*. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.
- FORTES, A.; NEGRO, A. L.; FONTES, P. Peculiaridades de E. P. Thompson. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: UNICAMP, 2001, p. 21-57.
- GLÉNISSON, J. *Introdução aos estudos históricos*. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- HOBSBAWM, E. O que os historiadores devem a Karl Marx? In: HOBSBAWM, E. *Sobre história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 155-170.
- HOBSBAWM, E. *Sobre história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JENKINS, K. *A história repensada*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- KARNAL, L.; TATSCH, F. G. A memória evanescente: documento e história. In: KARNAL, L.; FREITAS NETO, J. A. de (orgs.). *A escrita da memória. Interpretações e análises documentais*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004, p. 40-61.





- LANGLOIS, Ch.; SEIGNOBOS, Ch. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.
- LE GOFF, J. Documento/monumento. In: LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 525-541.
- LE GOFF, J. História. In: LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 17-171.
- REIS, J. C. *A história entre a filosofia e a ciência*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. *Escola dos Annales. A inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SCHAFF, A. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.